

SOC 94



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
UNIDADE DE FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS
SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE
LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA

TEMA: A SITUAÇÃO DE POBREZA DAS MULHERES
NA CIDADE DE MAPUTO E SUAS PERCEPÇÕES: O

Caso do Distrito Urbano nº 2

PROPONENTE: Cintura, Sónia das Dores Catarina José Baptista

SUPERVISOR: Prof. Doutor Macamo, Elísio

Maputo, Março de 2003

A SITUAÇÃO DE POBREZA DAS MULHERES NA
CIDADE DE MAPUTO E SUAS PERCEPÇÕES: O caso do
Distrito Urbano nº 2

Por

Sónia das Dores Catarina José Baptista Cintura

Dissertação Apresentada à
Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais
Universidade Eduardo Mondlane
Como Requisito da Dissertação para Obtenção do Grau de Licenciatura em Sociologia

Maputo, Março de 2003

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
UNIDADE DE FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

A dissertação, *A situação de pobreza das mulheres na cidade de Maputo e suas percepções: O caso do Distrito Urbano nº 2.*

elaborada por Sónia das Dores Catarina José Baptista Cintura
supervisionada por Elísio Macamo

Dr. Elísio Macamo

e aprovada por todos os membros da Bancada Examinadora foi aceite pela Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais e homologada pelo Concelho Científico, como requisito para a obtenção do grau de

LICENCIADA EM SOCIOLOGIA

Data _____ de Março de 2003

BANCADA EXAMINADORA

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro que este trabalho de investigação nunca foi apresentado, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau académico, e que ele constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

Sónia das Dores C.J.B. Cintura

(Sónia das Dores Catarina José Baptista Cintura)

INDICE

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS.....	ii
ABREVIATURAS.....	iii
RESUMO.....	iv
INTRODUÇÃO.....	2
CAPÍTULO I.....	15
A POBREZA EM MOÇAMBIQUE	15
1. O perfil da pobreza em Moçambique	15
1.1 As perspectivas quantitativa e qualitativa na análise da pobreza: posições críticas	18
1.2. A POBREZA URBANA	21
CAPÍTULO II	23
A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA.....	23
2.1. As abordagens WID e GAD na feminização da pobreza: as tendências do debate	24
2.2. Ser mulher: uma percepção africana e moçambicana no contexto da feminização da pobreza.....	27
CAPÍTULO III.....	29
INAS COMO UMA DAS INSTITUIÇÕES NA CATEGORIZAÇÃO DO "POBRE".	29
3.1. Programa Benefício Social pelo Trabalho	30
CAPÍTULO IV	32
O ESTUDO DA POBREZA NO DISTRITO URBANO Nº 2.....	32
4.1. Situação geográfica.....	32
4.2. Situação demográfica	32
4.3. Situação económica	32
4.4. Sobre os dados e sobre os perfis institucional e individual no contexto da pobreza	33
4.4.1. Perfil institucional no contexto da pobreza.....	34
4.4.2. Perfil individual no contexto da pobreza.....	34
4.5. O que leva à pobreza?	36
CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39
ANEXOS.....	43

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais e irmãos, por tudo o que eles representam para mim.

AGRADECIMENTOS

Ao terminar este trabalho, queria deixar expressos os meus mais profundos agradecimentos ao meu Supervisor Professor Doutor Elísio Macamo, que de forma sempre atenciosa, amiga, persistente, desde o “projecto do projecto”, até o presente estágio, em todo e qualquer momento me acompanhou. Os meus agradecimentos se estendem a Professora Doutora Maria José Artur; à Doutora Isabel Casimiro; ao Professor Doutor Peter Beck que aceitaram fazer comentários do trabalho (mais um trabalho, pois sei que trabalho é o que têm em demasiado). Obrigada por terem me cedido o vosso tempo!

Ao meu tio Vasco, muito obrigada pela ajuda monetária. Acredite que foi muito bem usada! Ao meu tio Claudino, muito obrigada pela ajuda tecnológica. Se não fosse o computador...

Nico, Célia, obrigada por terem aberto a vossa porta e me deixar usar, sempre que precisasse a Internet. Continuem com esses corações! Fred! Meu desconhecido amigo, obrigada por ter atenciosamente me ter ajudado nos arranjos do texto!

Relativamente a instituição INAS que gentilmente me deixou realizar as entrevistas; ao Lino que incondicionalmente, com meios próprios me levou a casa de cada mulher a entrevistar; às próprias mulheres que se deixaram entrevistar, o meu MUITO OBRIGADA!

À você “Marmanjo Norton”, obrigada pelos esses anos de convivência, quer como colega de carteira, quer como amigo. Permita-me dizer agora- também, já estou no fim (?), onde é que me vais encontrar- eu te odiava quando vinhas bater a minha porta, ou quando mandavas um “bip” para dizer: Sónia “gansolina”, acorda, vamos ler os textos!

E a você **Meu Ratinho**, agradeço por teres desculpado todos os nossos encontros marcados e que, ou eu chegava tarde, ou ...não cumpria.

Eis aqui o resultado!

ABREVIATURAS

CEP- Centro de Estudos da População

FAO- Fundo de Alimentação

FNUAP- Fundo das Nações Unidas para o Apoio à População

GTZ- (Deutsche Gesellschaft fuer Technische Zusammenarbeit)-Cooperação alemã para o Desenvolvimento

ILO- International Labour Office

INAS- Instituto Nacional da Acção Social

INAS- Instituto Nacional de Acção Social

MMCAS- Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social

OMS- Organização Mundial da Saúde

ONU- Organização das Nações Unidas

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UEM- Universidade Eduardo Mondlane

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNOSIDA- Organização das Nações Unidas sobre o síndrome da imuno-deficiência adquirida

RESUMO

Na nossa sociedade e no mundo em geral, o falar de pobreza é tão comum que todos nós “sabemos” o significado de se ser pobre.

Vários relatórios oficiais têm sido feitos para retratar a pobreza na qual a mulher aparece em maior percentagem. Mas, questões podem ser levantadas em torno desses mesmos relatórios: porquê é que é assim? Porquê é que parece haver “concordância” entre ser do sexo feminino e ser pobre? Quem é que designa os pobres? São eles mesmos que se identificam como pobres e reportam a sua situação? Ou a sua situação de pobre já está reportada e “os pobres” só acenam com um “sim, sou pobre”?

Estas são as questões que estão na origem do presente trabalho que tenta compreender os condicionalismos sócio-culturais que influenciam na pobreza da mulher numa relação de género. Ainda, procura o trabalho fazer uma confrontação das definições da pobreza veiculadas institucionalmente e compreendidas individualmente.

As hipóteses avançadas apontam para o facto de que a pobreza das mulheres advém dum modelo social androcêntrico em que elas estão inseridas; e que, a pobreza não pode ser vista como algo estático, mas como resultado das experiências quotidianas vividas individualmente.

A conclusão deixada em aberto, nos remete à ideia segundo a qual a pobreza das mulheres tem como fundamento as relações sociais de género e que esta pobreza não é percebida de igual modo entre os indivíduos que a priori, foram definidos como sendo “pobres”.

"Devem existir no mundo tantos pobres e tantas concepções de pobreza quanto são os seres humanos.(...)A lista poderia incluir não apenas os fracos, os esfaimados, os doentes, os sem-teto, os sem terra, os aleijados e os mendigos; (...); não apenas os ascéticos e os santos, mas também todos os perdedores do mundo, incluindo o milionário após a quebra da bolsa, o executivo demitido e o artista que não encontra comprador para sua obra."

Majid Rahnema,(2000: 229)

INTRODUÇÃO

O mundo tem uma população de seis (6) bilhões de pessoas, das quais quatro (4) bilhões vivem na pobreza. Deste número, 70% são mulheres. Acresce-se a isto, apesar de as mulheres representarem 50% da população mundial, elas têm apenas 1% da riqueza do mundo (Fórum Mulher-Projecto Marcha Mundial das Mulheres no ano 2000).

Segundo apurado através da revisão da literatura sobre a pobreza, os estudos oficiais em Moçambique têm pautado pela sua medição em termos absolutos, através de indicadores de rendimento *per capita* e cabazes alimentares. Diga-se que estes dados, quantitativos, não nos permitem visualizar a teia de relações que se estabelecem entre homens e mulheres no que diz respeito ao acesso e controle dos recursos por parte destas. Pois, no questionar de Amartya Sen¹, preocupações como essas: Que é a pobreza? Como se mede? Quem são os pobres? Por que são pobres? não podem ser deixadas de lado. Assim é, pois falar

¹ <http://www.iadb.org/idbamerica/Portuguese/JUL01P/jul01p2.html>

sociologicamente da pobreza, não é uma questão apenas de cifras e médias. É sim, uma questão de compreensão do fenómeno.

Com base nos dados quantitativos, em Moçambique as mulheres constituem mais de 60% dos pobres (ILO, 2001). Segundo Casimiro (1990), pese embora o facto de a mulher ser responsável por 60% da produção económica (principalmente na produção agrícola) por um lado, e 95% ao nível do agregado familiar por outro lado, esta continua na "invisibilidade".

Diga-se que a invisibilidade se traduz no facto de o trabalho produtivo realizado pelas mulheres no âmbito do trabalho familiar ser subestimado pelas fontes estatísticas oficiais.

Pois parte-se da premissa que a mulher ocupa o espaço da casa e que a sua actividade é então a doméstica. E esta, não entra nas estatísticas oficiais².

Diga-se também, que inúmeros debates, conferências e relatórios oficiais se tem produzido sobre a situação da mulher quer a nível nacional quer a nível mundial.

"Podemo-nos perguntar porquê. Por que razão todo este conhecimento acumulado não se traduziu ainda em melhorias significativas para a vida e trabalho da maioria das mulheres...?" (Casimiro, 1994:4). Pode-se ainda continuar a perguntar porquê. Por que razão o facto de se ser do sexo feminino parece "atrair a si" a pobreza?

Este cenário da "pobreza feminina" que teima em se manter remete-nos de alguma forma a questionar todo este conhecimento acumulado. Este é o problema que fez nascer este trabalho: o de não se questionar o porquê de nos referidos relatórios oficiais a mulher ser a mais pobre quando comparada com os homens. Refira-se que a questão da pobreza tem se resumido em discursos e práticas de desenvolvimento de natureza económica e que portanto, não nos permite perceber realmente o alcance da pobreza. Urge então a necessidade de abandonar esse tipo de discursos e práticas e apostar noutro tipo de perspectivas que nos revelem o que às económicas se escapam na compreensão da pobreza.

É assim que na busca de distanciamento da perspectiva economicista, damos duma forma geral as possíveis abordagens para a análise da *feminização da pobreza*. Nesse âmbito temos as abordagens WID (Women in Development); GAD (Gender and Development) e a abordagem do feminismo liberal ou neoliberal.

A abordagem WID, defende que "as mulheres precisam do desenvolvimento". Esta é a frase-chave dos anos 70 que procura encaixar as mulheres no desenvolvimento, retirando-as da invisibilidade e elevando a sua participação. Mas, a mesma abordagem peca por um lado, por não considerar as relações sociais que as mulheres no dia-a-dia estabelecem com os homens. Por outro lado, a abordagem não tem qualquer análise crítica do desenvolvimento

² <http://www.dataterra.org.br/Documentos/mariaemilia>

em si, bem como das desigualdades existentes nas relações de poder entre homens e mulheres". Assim devia ser "...pois pensar em termos de género coloca ainda em evidência os aspectos epistemológicos da dominância masculina, fazendo apelo a desconstrução de uma linguagem de desenvolvimento aparentemente neutra em termos de género". (Arnfred, 1999:2).

A abordagem GAD (Gender and Development) ou a chamada *agenda-setting* por seu lado, defende que "as mulheres precisam de desenvolvimento". Esta é a frase-chave dos anos 90 que coloca ênfase nas relações socialmente construídas entre mulheres e homens de modo a tornar visível a questão do poder nas relações de género.

A abordagem do feminismo liberal ou neo-liberal que na lógica da globalização está virada para o aumento do acesso das mulheres aos bens económicos.

O nosso trabalho teve como objectivo geral, dar um contributo com mais um estudo sociológico da relação pobreza e género na área de investigação científica. Este estudo busca fundamentalmente perceber que impacto tem a relação de género na situação de pobreza das mulheres. No que respeita aos objectivos específicos, o estudo procura por um lado, identificar e analisar os condicionalismos sócio culturais que directa ou indirectamente influenciam ou determinam a situação de pobreza da mulher numa relação de género. Por outro lado, procura fazer uma confrontação das definições de pobreza que são institucionalmente veiculadas e ainda, são individualmente compreendidas. Procurando delimitar o trabalho, a nossa amostra se restringiu ao Distrito Urbano nº 2. Aqui, o grupo de mulheres entrevistadas está inscrita no INAS, onde portanto recebem assistência social.

Nesse rol de ideias, a nossa questão de partida foi formulada nos seguintes termos:

Que percepções têm as mulheres "socialmente assistidas" do Distrito Urbano nº 2 da sua posição de pobreza (ou de pobre)?

E avançamos as seguintes hipóteses de trabalho: 1) A pobreza das mulheres é resultado do modelo social androcêntrico em que elas estão inseridas; ao procurarmos captar as percepções da pobreza, lançamos a seguinte hipótese: 2) O fenómeno social pobreza, não é algo estático, preestabelecido. Ele é resultado das experiências quotidianas vividas individualmente.

Com a questão de partida formulada e com as nossas hipóteses de trabalho avançadas, o nosso estudo teve essencialmente como interesse entender a pobreza não em termos de renda e/ou consumo, mas a partir de um modelo social que subalterniza a mulher vedando-lhe portanto o acesso aos recursos. Teve ainda o estudo o interesse de entender a pobreza não em termos "categoriais", estáticos, fixados pela própria sociedade, ou seja em termos

institucionais, mas entende-la do ponto de vista do indivíduo captando percepções ou experiências que este possui sobre o fenómeno.

Refira-se que, na análise da situação da mulher sob o ponto de vista de género, nota-se no país a raridade desses estudos³. Pois, olha-se à categoria mulher numa forma sexista ou seja, não se descortina género de sexo. Pois segundo Young (1988), este pauta pelas características biológicas (inatas e fixas) de masculinidade ou feminilidade; aquele pauta pelas características socialmente determinadas. Ao ser assim, a categoria mulher será vista apenas como resultante das capacidades biológica ou natural, e não como um produto social. Portanto, a separação dos termos sexo e género fica ténue, embaciando toda uma percepção da relação pobreza/mulher: a mulher é pobre exactamente por ser mulher? Ou, a mulher é pobre pela relação que ela estabelece com o marido? Ainda, para a situação da "mulher-pobre" olha-se para a categoria "pobre" como se ela fosse estática e não se analisa a pobreza enquanto processo, e se olha ou se tende a rotular os indivíduos que beneficiam de assistência social de pobres.

Ao se enveredar por uma análise da pobreza enquanto processo, procurou-se analisar a situação de pobreza das mulheres numa perspectiva de género, dinâmica portanto. É a partir desta perspectiva que se entendeu a pobreza como decorrente e no decurso das relações sociais que a mulher estabelece no quotidiano com o homem. Estamos a falar das relações sociais de género, que se podem entender como "...relações sociais entre os géneros masculino e feminino, relações essas que ocorrem no âmbito geral das relações sociais, como um modo particular e especial de relações sociais." (Viezzzer, s/d: 109). E, o modo especial de relações sociais, pressupomos nós, deriva da subordinação do género feminino pelo masculino, que regra geral foi e continua sendo o denominador comum das várias culturas.

Ao procurarmos analisar e compreender a pobreza enquanto processo, pretendemos dar enfoque sobre como as relações entre mulheres e homens são resultado de construções sociais, e como estas construções influenciam os processos quer económicos, quer políticos, quer ainda sociais, ou seja, o desenvolvimento. Sublinhe-se que essas relações entre mulheres e homens, são vistas como estando estruturadas em dominância, no sentido em que não são relações entre iguais. Estamos a nos referir ao poder, que segundo Foucault (1979) é visto como o exercício de dominação de um grupo sobre o outro, neste caso concreto, do género masculino sobre o feminino.

³ Só a partir de 1993 é que em Moçambique foram iniciadas as primeiras acções de formação em género. Para mais informações vide Silva, T. & Andrade, X. (2000): Para além das desigualdades. A mulher em Moçambique. Pgs. 16-23.

Para Foucault (1979), o poder não surge então de um locus específico, está presente em todas as partês e especialmente na relação entre um ponto e outro. Foucault defende então, que o poder existe e acontece nas relações micro, nas relações face-a-face, no quotidiano.

Temos assim, que segundo Monteiro (1997) a partir de Foucault, torna-se claro como as identidades são construídas através dos discursos (saberes). O saber (ou discurso) é entendido como “a objectivação de práticas reais e concretas, ao mesmo tempo ordenando a percepção dessas práticas.”⁴ Ou seja, são nas relações sociais quotidianas que são perpassados vários mecanismos sociais. Estes acabam determinando o comportamento dos indivíduos de acordo com esses mesmos mecanismos. Só para exemplificar, temos alguns estereótipos como dependentes, fracas, frágeis, modestos, nos remete automaticamente à identidade feminina. No outro extremo temos: independentes, poderosos, protectores, ambiciosos, que nos remete à identidade masculina.

No caso concreto do presente trabalho, na sociedade patriarcal o exercício do poder em Foucault vai se traduzir em, por vários mecanismos sociais incutir na mulher o modo de se comportar de uma determinada maneira que acaba lhe relegando ao espaço privado (como o facto de ter responsabilidades caseiras = ser doméstica). Ademais, a circulação de estereótipos que diferenciam as mulheres dos homens, a maneira como a sociedade perpetua esses mesmos estereótipos, torna a mulher disciplinada se quisermos usar o conceito de disciplina em Foucault.⁵ Este autor defende a ideia da existência de uma forma como o conhecimento é utilizado para produzir sujeitos.

É neste âmbito de ideias que a perspectiva feminista foi a nossa perspectiva teórica para a visualização da relação pobreza/modelo androcêntrico, se entendermos o feminismo como uma perspectiva que procura fazer análise da subordinação das mulheres, concretamente no que diz respeito a desigualdade de género. Pois, o feminismo foi o vector principal de liderança e orientação da revisão desses discursos e práticas acima referidos na década de 70, na altura da erupção de diversos movimentos sociais urbanos. O feminismo questionou o patriarcado, a superioridade do homem sobre a mulher permitindo dar espaço a uma nova maneira de olhar a realidade. Assim, afectou a percepção do homem sobre o seu papel nas estruturas sociais, a sua identidade, que é construída através dos discursos.⁶

Ao se procurar tornar visível a questão de poder nas relações socialmente construídas entre mulheres e homens, enveredou-se pela abordagem GAD (gender and development) na

⁴ <http://www.artenet.com.br/~marko/artigo.html>

⁵ Para mais detalhes vide Foucault (1977): “Introdução ao pensamento de Michael Foucault”.

⁶ <http://www.artenet.com.br/~marko/artigo.html>

análise da feminização da pobreza. Refira-se que ao se enveredar por esta abordagem, o enfoque dirigiu-se unicamente às mulheres de modo a que, no seio de uma sociedade patriarcal⁷, se ponham em relevo factores que nos revelem a posição da mulher nessa sociedade. Por posição das mulheres nos referimos a sua posição tanto social, política ou ainda económica relativamente aos homens.

Para levar a cabo o estudo, o método adoptado foi o fenomenológico de Schutz, de modo a que se ponha em relevo as percepções dos indivíduos da realidade social em que estão inseridos, das suas experiências e vivências individuais e acima de tudo, que se saliente o significado que o fenómeno pobreza tem para eles.

“De acordo com a teoria fenomenológica, cada indivíduo constrói o seu próprio mundo”. (Wagner cit. Schutz, 1979:17)

Schutz (1979), ao pautar por uma abordagem fenomenológica na análise da realidade social, tem como ponto de partida a experiência do mundo da vida quotidiana dos indivíduos. Ou seja, cada indivíduo a partir daquilo que o autor designa de “grupo interno cultural”, interpreta os múltiplos fenómenos sociais à sua volta. Refira-se que os indivíduos se encontram num mundo que lhes é dado, objectivo (que existe independentemente de suas vontades), e é com o significado subjectivo desse mundo, que se tem a sua compreensão. Pois que “...mesmo as ideias culturais (...) só existem nas mentes dos indivíduos que as absorvem, interpretam-nas em função de suas próprias situações de vida...”.(Schutz, 1979:18).

Para Schutz, cada indivíduo vive num mundo intersubjectivo compartilhado com os seus. E diga-se, este é um mundo coerente com uma realidade quotidiana que se admite como certa, normal e inquestionável . É portanto a partir desta abordagem fenomenológica, que se procurou pôr em relevo as percepções dos indivíduos no que se refere à situação de pobreza que a prior foi institucionalmente definida.

Na metodologia, o nosso estudo teve como roteiro os passos seguintes: primeiro, enveredou ao trabalho de pesquisa bibliográfica que decorreu de Janeiro a Maio de 2002, nas várias bibliotecas a destacar, CEA-Programa Mulher, UFICS, CEP, MMCAS. As pesquisas estenderam-se a busca de informação na internet. Segundo, virou-se para o trabalho de campo para a recolha de dados e realizou-se no mês de Junho de 2002 numa duração de 26 dias, baseando-se em pesquisas qualitativas e com entrevistas semi-estruturadas, por este tipo de entrevista oferecer um amplo campo de interrogativas o que vai suscitar novas hipóteses à medida que se receberem as respostas do entrevistado. Segundo Triviños (1987), este tipo de

Aspecto metodológico

⁷ De referir que estamos conscientes que esta categorização é complexa. Mas, ao falarmos de sociedade patriarcal estamos a nos referir unicamente à dominância masculina.

entrevistas têm o privilégio de oferecer ao entrevistado condições para que este tenha a liberdade e a espontaneidade que enriquecem a investigação. O processo de colecta de dados efectuou-se individualmente (às entrevistadas) e foi dirigido pela própria pesquisadora, no Distrito Urbano nº 2 na cidade de Maputo. A selecção deste Distrito foi propositada e deveu-se ao facto de tal como nos restantes Distritos comportar indivíduos identificados pelo INAS como sendo pobres por um lado, e pela facilidade de acesso (proximidade física) por outro lado. A escolha da cidade de Maputo prendeu-se com razões de ordem prática, pois é o lugar de residência da pesquisadora, o que dá uma facilidade de acesso em termos de custos - constrangimento de ordem financeira. O estudo estendeu-se ainda à todas as instituições nacionais e internacionais viradas ao combate da pobreza, nomeadamente:

* Instituições nacionais:

Departamento de Programação Macro-económica (DPM) do Ministério de Plano e Finanças;
Comissão Nacional de Reinserção Social (CNIS);

Gabinete Técnico da População (GTP) sob liderança do Ministério do Plano e Finanças;

Grupo de Trabalho Interministerial para coordenar o impacto da Política de Agricultura;

Grupo Operativo para a Promoção das Mulheres (GOPM) sob tutela do Ministério da Coordenação da Acção Social;

Instituto de Desenvolvimento Rural (INDER);

Instituto Nacional de Gestão das Calamidades Naturais;

Instituto Nacional de Acção Social (INAS);

Instituto Nacional de Estatística (INE).

Os actores internacionais no combate a pobreza a actuar em Moçambique, são nomeadamente:

PNUD; FNUAP; FAO; UNICEF; OMS; UNOSIDA; UNESCO; GTZ e Caisse Central de Crédit.

As entrevistas se restringiram às mulheres que estão inscritas no Instituto Nacional da Acção Social (INAS), Programa Benefício Social pelo Trabalho- do Distrito Urbano nº 2- e que portanto beneficiam de assistência social. A escolha do INAS prendeu-se com o facto deste, diferentemente de outras instituições, ser a mais antiga em Moçambique- desde 1990- virada para a assistência social de indivíduos considerados como sendo pobres. As entrevistas estenderam-se ainda para alguns funcionários do INAS.

O número de unidades da amostra foi reduzida a 20 indivíduos (pois, por se tratar de um estudo de caso, o propósito era o de obter informações em profundidade, numa análise intensiva da realidade em questão. Finalmente, o nosso estudo teve como terceiro momento,

uma vez colectados os dados, o seu tratamento e análise que foram feitos através de generalizações a partir da evidência dos próprios dados (teoria a posteriori). Aqui, a análise de conteúdo foi a técnica usada para a análise dos dados. Ou seja, procurou-se “analisar o que está por detrás dos dados colectados”. Isto para organizar os dados colectados, ainda “dispersos”, de modo a que se tenha aquilo que é uma ideia comum subjacente ao assunto em questão. Este foi também o momento da redacção do texto final.

Em termos de dificuldades com que nos deparamos na realização do trabalho, apontar para os seguintes factos marcantes: 1) interacção limitada entrevistador/entrevistado no que diz respeito à comunicação. Pois as entrevistas realizaram-se fundamentalmente em ronga, língua nacional que a entrevistadora não domina. Assim, a entrevistadora teve que se socorrer dum intérprete para poder ultrapassar esse tipo de dificuldades; 2) a ida ao trabalho de campo que dependia exclusivamente da disponibilidade do próprio INAS, que marcava as horas e os dias adequados para a realização das entrevistas (organização interna).

Passamos a definir os conceitos que consideramos chave e advêm da questão de partida, e das hipóteses do trabalho. Estes conceitos são nomeadamente a *feminização da pobreza, assistência social, modelo androcêntrico e sociedade patriarcal*. Def. de
questões

1. *Feminização da pobreza*- segundo Diana Perce, socióloga americana, o conceito reflecte a existência de mais mulheres pobres (que homens pobres), em cuja diferenciação estão as relações sociais de género vistas como relações de poder. Portanto, o conceito *feminização da pobreza* traz também consigo os conceitos *género* e *mulher*. E é com base em alguns autores que procuramos clarificá-los ao mesmo tempo que fazemos as respectivas medições empírica:

a) Género- a noção de género aparece pela primeira vez entre as feministas de língua inglesa, que viam nela um carácter fundamentalmente social, relacional das distinções baseadas no sexo. Ao fazerem isso, rejeitavam o determinismo biológico que estava então implícito nos termos como “sexo” ou “diferença sexual”.

As feministas ou o feminismo foi então a tomada de consciência política por parte das mulheres, consciência essa que lhes levou a um sentimento de autoconsciência e auto-solidariedade o que contribuiu sobremaneira no questionar das desigualdades de género na sociedade.

Assim, género não pode ser entendido como ...“sexo biológico ou a mulheres. O que se refere por género é a construção sociocultural de mulheres e homens.”(Waterhouse e Vijhuizen, 2001:8). Portanto, género é a representação socialmente aceite ou estereótipos do que é ser homem e do que é ser mulher.

"... os estudos sobre estereótipos sexuais mostram que os traços de instrumentalidade, independência e dominância são associados ao masculino e que os traços de expressividade, dependência e submissão são associados ao feminino. Os traços dos estereótipos estão por sua vez, associados a expectativas de comportamento sob a forma de teorias implícitas da personalidade." (Amâncio cit. Ashmore, 1981; Ahmore e Del-Boca, 1979). *Li F*

De Beauvoir (1960), defende o género como algo construído, que ocorre dentro de um campo de relações sociais ao mesmo tempo que limita a liberdade do sujeito desde o princípio. Neste campo, quotidianamente se reconstrói e se interpreta a realidade social que está imbuída de sanções, tabus e prescrições. A autora argumenta ainda que não se nasce mulher, mas torna-se mulher. De de Beauvoir, Amâncio e Waterhouse & Vijhuizen aqui citados pautam em comum por uma teoria de género que se apoia numa dimensão cultural na construção das relações sociais de género.

Numa posição oposta, podemos encontrar Oyewúmi (1997) e Amadiume (1987). Aquela, primeiro observa que a ideia de "construção social" foi ampliada pelo discurso feminista ocidental, e quando introduzidos para a análise das realidades africanas mostram-se pouco operacionais; segundo, a autora prossegue dizendo que se género é uma construção social, então houve um tempo específico em que ele foi construído, e um outro tempo anterior onde isso não se verificou. Conclui então que houve algumas sociedades onde o género não existiu, e a imposição desta categoria começa com a colonização. Esta, tece a crítica ao conceito de género, pois o considera etnocêntrico e apenas responde aos interesses do Ocidente.

Distanciando-se da posição das últimas duas autoras gostaríamos de sublinhar que a divisão de tarefas e papéis entre mulheres e homens, é algo anterior a colonização e é o reflexo do processo de socialização que as diversas culturas encerram. Concordamos com o facto de que sempre existiram relações de género. O que provavelmente tenha mudado foi aquilo que Française (1998) chama de "valência diferencial dos sexos", que "...expressa uma relação conceptual orientada, senão sempre hierárquica, entre o masculino e o feminino, traduzível em termos de peso, de temporalidade (anterior/posterior), de valor." (Française, 1998:23). A valência diferencial dos sexos conheceu modelos dominantes acerados, a destacar o sistema de *levirato* encontrado em muitos povos do Oriente. Aqui, a situação das mulheres, principalmente das viúvas tomava formas extremas, cuja "...solução mais radical consiste em sacrificá-las sobre o túmulo do marido." (Beauvoir, 1960:105).

Mas refira-se que em outras épocas houve lugares onde o modelo tenha sido menos dominador. Beauvoir (1960) refere que foi no Egipto em que a condição da mulher se mostrou mais favorecida, onde esta surge como aliada e complementar do homem.

Refira-se que na abordagem GAD, o género não é visto como o único aspecto da organização social, e nem as relações de género são as determinantes principais da situação das mulheres, mas à totalidade da vida da organização social, económica e política (visão holística). Para o presente estudo, a análise do género não se estabeleceu num todo, apenas deu-se primazia a arena da família ou doméstica, por ser aqui onde se dão as relações entre mulheres e homens (relações atribuídas). Segundo Young (1988), as relações atribuídas, são marcadas por padrões de comportamento, como subordinação, deferência, submissão, e tendo-se como regra, o feminino, como sendo a parte subordinada na relação.

Deste modo, a perspectiva de género é vista como uma construção social e um sistema social de relações que não olha somente a condição de ser mulher enquanto tal, mas numa relação com o homem e com toda a sociedade. Portanto, ao se realizarem os estudos da mulher "...esta não deveria ser pensada como uma essência pré-determinada (...), mas como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais..."(Rago, 1998: 27).

Na observação empírica, as mulheres da amostra são casadas, ou viúvas ou ainda divorciadas, ou seja, mulheres cujo carácter deriva da posição a que foram atribuídas, com base no casamento. Pois, fazendo menção ainda a Young (1988), uma relação particularmente crítica entre homens e mulheres na arena doméstica é a do casamento. Este em algumas sociedades dá ao marido e esposa direitos bastante mínimos ao rendimento, trabalho, afeição e consideração de cada um. Noutras sociedades, os direitos dos homens estão mais elaborados que os das mulheres, e noutras ainda esses direitos parecem-se equivalentes.

b) Mulher- "...homens e mulheres partilham uma representação de pessoa feminina que a situa numa posição específica do sistema social, um ser contextualizado no espaço privado da família e dos sentimentos." (Amâncio, 1992:28)

De Beauvoir (1960), percebe a mulher como um indivíduo hesitante entre o papel de Objecto, de Outro que lhe é proposto por um lado, e a busca (no sentido de reivindicação) de sua liberdade. "Para nós, a mulher define-se como um ser humano em busca de valores no seio de um mundo de valores, mundo cuja estrutura económica e social é indispensável conhecer;..."(de Beauvoir,1960:72)

As mulheres delimitadas, são todos os indivíduos do sexo feminino, de idades compreendidas entre os 34 e 59 anos de idade (intervalo de idade das mulheres inscritas no INAS).

2. *Assistência social*- segundo Faleiros (1991), o conceito implica uma transferência de dinheiro, bónus ou de bens de consumo, com base num pedido, e de acordo com critérios de selecção a um indivíduo que deve provar que se encontra em estado de privação e impossibilitado de prover imediatamente a sua subsistência.

Segundo o INAS, estes são os indivíduos considerados "pobres" e que estão portanto aí inscritos, sendo considerados os seus beneficiários. Assim, a pobreza há-de ser o termo que está enformado na assistência social, daí a sua medição empírica:

a) *Pobreza*- para o presente trabalho, o termo pobreza não será analisado a partir das várias abordagens que se têm debruçado sobre este fenómeno. Pois, o termo pobreza

"...cannot be understood sociologically in terms of low income or deprivation but rather in terms of the social response to such deprivations." (Coser, 1970:160)

Empiricamente, a pobreza ou as pessoas pobres serão as mulheres que são assim definidas pelo INAS. Ou seja, pobres serão as pessoas que o INAS considera de pobres (recebem assistência social).

3. *Modelo androcêntrico*- entendido como um modelo parcial ou centrado em géneros masculinos⁸.

4. *Sociedade patriarcal*: a palavra "patriarcado" significa literalmente o poder do pai. É geralmente utilizada para se referir à dominação masculina, às relações de poder através das quais os homens dominam as mulheres e serve para caracterizar o sistema sócio-económico em que as mulheres estão subordinadas de várias formas. Reitere-se que o patriarcado não se manifesta de igual modo em todos os contextos, apesar de os princípios gerais manterem-se (o controle do homem). Mas, este mesmo controle pode ser diferente. Para o caso concreto, em Maputo (Sul do Save), as mulheres é que vão viver para a família do marido e os filhos pertencem à sua família⁹.

Estes são os termos que consideramos chave e que os mesmos são resultado da questão de partida levantada como também das hipóteses adiantadas. É assim que com a operacionalização desses mesmos conceitos, procuramos medi-los no nosso terreno de pesquisa.

⁸ Fonte: Ayesha M Imam, 1997

⁹ Definição de Casimiro com base em Chetna, 1993.

No que diz respeito à revisão da literatura gostaríamos de referir que se optou por uma tipologia substancial, onde os diferentes temas (género e pobreza) de que se socorreu o estudo para o seu ^{argumento}, se encontram dispostos em cinco categorias distintas. Com a revisão da literatura que a seguir apresentamos pretendemos:

a) Mostrar as várias abordagens que foram suscitadas pelos problemas sociais da realidade da pobreza das mulheres. A partir da apresentação destas abordagens identificamos o nosso problema de investigação que é facto de a literatura oficial existente se centrar basicamente na descrição da pobreza e na resolução da mesma (perspectiva acção). Isto é o que se pode verificar nas tipologias 1 e 2. Nesta, diferentemente daquela, temos a noção de pobreza mais abrangente, onde a renda e/ou consumo não são os únicos medidores da pobreza. Na tipologia 3 podemos encontrar estudos sobre a mulher afastada do modelo androcêntrico, modelo esse que enforma o presente trabalho.

1) No que concerne ao tema pobreza podemos destacar : *Plano de Acção para a Erradicação da Pobreza Absoluta* em Moçambique (2001/2004); Fortes (1995); ILO (2001); PNUD(2000). Estes trabalhos centram-se fundamentalmente na dimensão material da pobreza, definindo-se a partir de uma linha, um ponto de referência previamente fixado em relação a um país, Moçambique no caso concreto. Portanto, o conceito pobreza há-de ser sinónimo de ausência de condições materiais mínimas na satisfação das necessidades básicas dos indivíduos. Por outro lado, os estudos traçam as políticas de acção para o combate desse fenómeno social.

2) Numa perspectiva diferente podemos encontrar os trabalhos como: Relatórios do Desenvolvimento Humano de 1997 bem como de 1999; Relatório sobre Desenvolvimento Mundial, 2000/2001. Estes relatórios não têm unicamente como dimensão para medir a pobreza a renda ou consumo, mas centram-se nas diversas dimensões humanas do desenvolvimento consideradas imprescindíveis para a existência do indivíduo, a saber: ter uma vida longa e saudável; adquirir conhecimento e ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida decente (PNUD, 1997:14).

3) No concernente ao tema género, podemos encontrar os estudos de Loforte e Waterhouse: Loforte (2000); Waterhouse & Vijfhuizen (2001): Estes trabalhos fazem uma abordagem da situação das mulheres afastada da visão androcêntrica e estão virados para os diferentes tipos de poder detidos igualmente pelas mulheres. Ainda, pautam por uma visão onde as mulheres não são vistas como vítimas passivas das estruturas matriarcais ou patriarcais, mas como agentes estratégicos, que detêm igualmente efectivos lugares de poder, quer a nível político, quer na esfera económica e religiosa.

Considero a apresentação desta infraestrutura merecer necessariamente, possivelmente apenas para o candidato.

b) Mostrar trabalhos existentes relativos ao que foi feito à semelhança (estudos, pesquisas realizadas) do presente tem. Isto é que é o que podemos ver nas tipologias 4 e 5.

4) Numa posição afastada da tipologia anterior encontramos os estudos de Liberman & Casimiro (1990); Casimiro (1999); Casimiro, & Andrade (1992); Amâncio (1992); Silva & Andrade (2000). Os estudos citados debruçam-se na questão cultural, que permeia então a categoria género. Rejeitando o determinismo biológico, mas olhando género como relações socialmente construídas entre homens e mulheres, evita-se nesse sentido, olhar às mulheres como categorias estáticas, mas dinâmicas e processuais. Diferentemente dos estudos feitos por Loforte (2000) e Waterhouse & Vijfhuizen (20001) citadas anteriormente, estas autoras veem as mulheres como estando enquadradas num modelo social androcêntrico, sendo elas subalternas portanto.

5) Procurando visualizar a complexidade de relações entre homens e mulheres, que vai levar a perpetuação da subalternidade destas, podemos destacar Pontara et. all (2000); Andrade et all (2000); Lavinias, (1996). Estes trabalhos centram-se na análise das desigualdades de género, estruturadas em torno da subalternidade da mulher (modelo social discriminatório). Esta subalternidade, vai então vedar o acesso e controle dos bens por parte das mulheres. Estamos perante a feminização da pobreza.

Feita a revisão da literatura e tendo em atenção o nosso problema de pesquisa, dizer que os trabalhos oficiais sobre a pobreza não pautam pelo entendimento da própria pobreza mas somente pela descrição da mesma.

Espera-se com o presente trabalho, que o produto final seja um relatório científico que tenha numa primeira fase como grupo alvo, a comunidade académica, e na fase ulterior, o público em geral. Espera-se ainda que o estudo sirva de um ponto de partida (e não de chegada) para novos debates. Ou seja, possa suscitar novas agendas de pesquisas sobre o tema género/pobreza com vista a aprofundar ou complementar esta realidade social.

CAPÍTULO I

A POBREZA EM MOÇAMBIQUE

1. O perfil da pobreza em Moçambique

O perfil da pobreza em Moçambique assume várias dimensões. Mas a que é comumente usada no país pelas várias instituições nacionais (vide introdução) é a que foi traçada no estudo sobre a situação de pobreza (Pobreza e Bem Estar em Moçambique, I Avaliação Nacional: 1996-1997) e nos documentos subsequentes, como o PARPA 2000-2004.

O Governo de Moçambique, numa busca de esforços para a erradicação da pobreza absoluta no país, aprovou em Abril de 1999 as *Linhas de acção para a Erradicação da Pobreza Absoluta no país* (PARPA, 2000:9). Este é um documento que servirá de instrumento de política e estratégia para as acções de longo e médio prazos, que estão viradas ao combate a pobreza. A conjugação de esforços de instituições governamentais, a destacar o Ministério do Plano e Finanças (Departamento de Programação Macroeconómica), com base no seu estudo sobre Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Primeira Avaliação Nacional (MPF 1998) em coordenação com outros Ministérios com a mesma orientação para a redução da pobreza no país- a exemplificar o Ministério da Mulher e Acção Social, Ministério das Obras Públicas e Habitação, Instituto Nacional do Desenvolvimento Rural, Instituto Nacional de Acção Social, etc- resultou neste documento. ut

As *Linhas de Acção para a Erradicação da Pobreza Absoluta* no seu estudo, apenas identificou os objectivos gerais. Assim, que tornou-se necessário a elaboração de um plano de acção de médio e longo prazos. Este plano, diferentemente da *Linhas de Acção*, pautaria por objectivos e metas específicos, tanto nacionais como sectoriais. Este é o PARPA, *Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta*, que foi traçado numa perspectiva multidimensional em dois sentidos a saber: "Por um lado, as acções e actividades contempladas no Plano abrangem aspectos de carácter económico, social, político e cultural e, por outro, os programas e projectos têm uma abrangência da âmbito nacional, provincial, sectorial e local." (PARPA, 2000:9). Este *Plano de Acção* comporta sectores identificados como relevantes para a redução da pobreza absoluta a referir: educação, agricultura, infra-estruturas, saúde, emprego, segurança e assistência social, e capacidade institucional para assuntos de pobreza. (PARPA, 2000:9). A seguir, passamos definir o conceito de pobreza tal com ele é entendido por várias instituições. Nova Definição

No PARPA, o conceito de pobreza foi definido como incapacidade dos indivíduos de assegurar para si e seus dependentes um conjunto de condições básicas mínimas para a sua subsistência e bem estar, segundo as normas da sociedade. Utilizou-se no mesmo estudo o consumo *per capita* (PARPA cit. MPF,1998). Para além das definições da pobreza encontradas, no PARPA, podemos encontrar no documento "Plano Económico e Social 1992", um dos instrumentos de planeamento do Governo- sendo outros o Plano Trienal de Investimentos Públicos e o Orçamento Anual do Estado- define dois tipos de pobreza em Moçambique:

"a pobreza conjuntural ou transitória, principalmente provocada pela guerra que impossibilita uma parte substancial da população da produzir. Estima-se que existam cerca de 5 milhões de habitantes deslocados e refugiados no exterior, que de uma ou outra forma não conseguem suprir as suas necessidades básicas; e

a pobreza estrutural ou crónica que é derivada do baixo desenvolvimento do país, o que determina uma estrutura de produção basicamente de subsistência da maior parte da população. Este sector, nas condições em que se encontra, tem uma produtividade muito baixa e mostra-se incapaz de reagir a choques externos". (Fortes cit. Governo de Moçambique 1992:63).

Ainda, o Banco Mundial que defende como objectivo central das suas actividades a erradicação da pobreza "afirma que tem adoptado para fins operacionais e analíticos, como principal critério para classificar as economias o PIB per capita. Cada economia está classificada como de baixa renda (os pobres), renda média (os não tão pobres) e média alta." (Andrade cit. Banco Mundial, 1994:ix). Deste ponto de vista, o Banco Mundial, em função dos níveis de rendimento, fixa o umbral de "370 US\$ anuais per capita como o limite para delimitar a pobreza: os que se encontram por baixo desse nível são considerados pobres, ou seja, de acordo com esta definição, pobres são os que têm rendimento ~~rendimentos~~ anuais abaixo de 275 US\$ (Andrade cit. ONU, Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Social, 1995: 2). Assim, tem-se que a pobreza "...diz respeito aos padrões de vida absolutos de uma parte da sociedade- é a sua inaptidão de obter um padrão de vida mínimo (Fortes cit. Banco Mundial, 1990). Definido o conceito de pobreza, passamos a sua distinção entre perspectivas quantitativa e qualitativa.

Veja-se que, nas definições da pobreza mencionadas, o tipo de pesquisa é a quantitativa. Ou seja, estas se baseiam unicamente em pesquisas de renda ou de consumo e despesas familiares. Esta pesquisa quantitativa da pobreza não incorpora aspectos importantes que reflectam o bem-estar individual. Mas, temos também o tipo de pesquisa

qualitativa. Este tipo de pesquisa, torna a noção de pobreza mais abrangente, "...pois fornece evidências convincentes sobre a forte associação, por exemplo, entre os níveis de pobreza e os níveis de alfabetização e de escolaridade, a situação das infra-estruturas rurais, a fecundidade e a razão de dependência dos agregados familiares." (PNUD cit. DPDS-UEM-IFPRI, 1998:177-191). Esta é a perspectiva qualitativa da pobreza que pode ser vista no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (2000/2001). Aqui, tem-se uma visão tradicional da pobreza que não enfoca apenas a privação material (segundo a renda ou consumo), mas inclui também um baixo nível de educação e saúde. A noção de pobreza ainda vai mais longe quando nela se inclui a vulnerabilidade e a exposição a riscos por um lado, e a falta de influência e poder por outro lado (Relatório sobre Desenvolvimento Mundial 2000-2001). No Relatório do Desenvolvimento Humano (1997), a pobreza significa a negação das oportunidades e escolhas mais elementares para o desenvolvimento humano - viver uma vida longa, saudável e criativa e beneficiar de um nível de vida adequado, de liberdade, dignidade, auto-respeito e respeito dos outros.

Pobreza Def

Como então entender a pobreza? É na tentativa de compreensão deste fenómeno que passamos a abordar as diferentes perspectivas que têm sido motivadas para a sua medição:

1) a perspectiva assistencialista (*welfarist approach to poverty*); 2) a perspectiva das capacidades ou participativa, 3) do desenvolvimento humano e 4) nutritiva ou biológica. (PNUD cit MPF 1999)

1) Na categorização da pobreza, em Moçambique os indivíduos são considerados, pobres ou não pobres em conformidade com uma linha de pobreza definida em termos de consumo *per capita*. À linha de pobreza absoluta nacional em Moçambique, é então atribuído um valor monetário, que é 5433,00mt pessoa/dia. Esta é a perspectiva assistencialista, cuja medição de bem estar se baseia no consumo per capita de bens e serviços que pode ser de um agregado familiar ou pessoas individualmente. Os agregados com rendimento ou valor do consumo abaixo dessa linha são considerados pobres, e os acima da linha são considerados não pobres. (PNUD, 1997).

Falso

2) Na perspectiva das capacidades ou participativa, a pobreza representa a ausência de algumas capacidades consideradas básicas para funcionar. Tal como podemos ver em Amartya Sen, "a análise da pobreza deve concentrar-se nas possibilidades que tem um indivíduo de funcionar, mais do que nos resultados obtidos com esse funcionamento."¹⁰ Segundo o PNUD (1997), as funções relevantes variam desde as físicas, como estar bem

¹⁰ <http://www.iadb.org/idbamerica/Portuguese/JUL01P/jul01p2.html>

alimentado, estar vestido adequadamente, abrigado e evitar a morbilidade prevenível, até realizações sociais mais complexas como a participação na vida da comunidade.

3) O conceito de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo o PNUD (1999) entrelaça indicadores de natureza económica com indicadores sociais, nomeadamente a esperança de vida, a escolarização e o nível de vida como variáveis determinantes na medição da pobreza. É nesta perspectiva do Desenvolvimento Humano, que se introduz a desagregação por sexo dos indicadores de pobreza, como o Índice de Desenvolvimento Ajustado aos Sexos (IDS).

4) A Secção de Nutrição do Ministério da Saúde, determina a linha de pobreza com base na dieta mínima de 2200 Kcal/pessoa/dia. Ao se referir à pobreza absoluta, o limite foi de 1760 Kcal/pessoa/dia por adulto, e o montante adicional necessário para cobrir outras despesas não alimentares. ✓

Portanto nesta perspectiva nutritiva ou biológica os indivíduos cujo consumo alimentar seja inferior a 2200 Kcal/dia são considerados pobres sendo os extremamente pobres os que possuem um consumo per capita inferior a 1760 Kcal (Fortes, 1995:3). *

Lançadas as diferentes perspectivas, passamos a análise crítica das mesmas.

1.1 As perspectivas quantitativa e qualitativa na análise da pobreza: posições críticas

Neste ponto, o objectivo é o de mostrar as vantagens e desvantagens da aplicabilidade dessas perspectivas.

As perspectiva quantitativa e qualitativa para a medição da pobreza traz consigo méritos e deméritos das quais gostaríamos de fazer referência aos seguintes: se olharmos para as diferentes abordagens aqui referenciadas, numa análise crítica das mesmas, depreende-se que elas antes de mais, têm que ser ajustadas à um contexto específico. "A variedade de casos que facultam a uma pessoa ser chamada de pobre, nas várias culturas e linguagens, é tão fantástica que tudo e todos sob o sol podem ser rotulados de pobres, de uma maneira ou de outra." (Rahnema, 2000:229). Sendo assim, os indicadores para a medição de pobreza, têm que ser sensíveis ao contexto social em causa, pois que, a "...natureza das principais privações varia consoante as condições económicas e sociais da comunidade em questão." (PNUD, 1997:17). ✓

A perspectiva quantitativa da pobreza, que se restringe a renda (e/ou consumo) familiar para a categorização do que é ser pobre ou não pobre, é exequível aos contextos cujos temas da pobreza se baseiam fundamentalmente nas necessidades consideradas básicas: alimentação, saúde, analfabetismo, água potável, etc. Aqui, a pobreza é considerada absoluta, →

ou seja, as condições necessárias consideradas mínimas não se encontram satisfeitas. Diferentemente desta perspectiva, a qualitativa é que mais se acomoda a contextos onde as necessidades básicas foram ultrapassadas. “Não é surpreendente que os estudos sobre a pobreza nos países mais ricos se concentrem em variáveis como a exclusão social.” (PNUD, 1997:17). A pobreza nestes contextos é considerada relativa, referindo-se portanto a uma comparação com a maior parte dos outros indivíduos dentro desse mesmo contexto.

Duma maneira geral, pode-se afirmar que em Moçambique, os estudos realizados, têm pautado por “... medições da pobreza em termos absolutos, através de indicadores de rendimento per capita e cabazes alimentares. Estas medições da pobreza corroboram o facto universal que existem, em termos absolutos, mais mulheres pobres que homens pobres a nível de agregado familiar e/ou lares (Andrade cit. UPP, 1993, DEA, 1993, e UAP, 1995/96).

Posto isto, é de notar que a definição de pobreza optada por Moçambique, é a que foi apropriada do Banco Mundial, ou seja, a pobreza em função da renda (perspectiva quantitativa), que traz consigo méritos tal como se pode ver no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (2000), a destacar:

- o facto de se basear em amostras nacionalmente representativas permite tirar conclusões sobre as condições e a evolução da pobreza ao nível nacional;
- tendo como princípio que as pesquisas ao domicílio, colectam outros dados para além da renda monetária ou consumo, isto vai permitir ter uma visão mais ampla do bem estar e da pobreza, investigando as (possíveis) relações entre as diferentes dimensões da pobreza, e pondo então à prova hipóteses sobre o impacto de intervenções políticas;
- o consumo ou o rendimento é uma medida monetária agregada de fácil medição.

Mas, as medições de pobreza com base na renda ou consumo comportam também insuficiências:

- por um lado o consumo ou o rendimento não trazem consigo aspectos que possam revelar o bem estar individual, “...como o consumo de bens públicos (por exemplo, escolas, serviços de saúde, infra-estruturas públicas de saneamento) e qualidade de vida, por exemplo, lazer, duração e saúde da vida” (Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano cit. DPDS-UEM, IFPRI, 1998:5);
- os dados sobre renda e consumo colectados no nível domiciliário não revelam a desigualdade no âmbito familiar, não permitindo portanto fazer uma avaliação directa da pobreza entre as mulheres.

Procurando não focar apenas o rendimento e consumo como medidas para a pobreza (pelas suas insuficiências referidas), optou-se por uso de alternativas, como os

índices compostos, neste caso concreto, os índices do desenvolvimento humano. Estes compõem a concepção de desenvolvimento humano, no que diz respeito ao facto de serem tomados como imprescindíveis na existência dos indivíduos: “ter uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento, e ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida decente.”(PNUD, 1997:14). Mas, os índices compostos também trazem consigo desvantagens, pois não resolvem de facto o problema da ponderação, atribuindo pesos arbitrários (geralmente iguais) a cada componente. Assim, a tendência será classificar “...como pobre, por exemplo uma pessoa que tenha a renda muito alta, mas com baixa educação.”(Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, 2000/2001:22)

Posto isto, diga-se que os estudos sobre a pobreza em Moçambique em geral, baseiam-se numa perspectiva quantitativa, onde a renda (e/ou consumo) tem sido o dado colectado na análise deste fenómeno social. Por outro lado adopta-se uma perspectiva intervencionista, que procura então fazer face ou traçar directrizes no combate à pobreza.

1.2. A Pobreza Urbana

No presente ponto, damos uma panorama geral daquilo que é considerada pobreza urbana. E isso, deve-se ao facto de o INAS nas suas actividades de assistência social, fazê-las unicamente sobre os agregados urbanos pobres. Portanto, procuramos trazer a ideia daquilo que seja um “pobre urbano” diferentemente do “pobre não-urbano.”

A pobreza urbana, de um modo geral tem sido medida a partir da dimensão habitação. Esta é considerada como sendo a maior dimensão da pobreza, talvez “...that is why it constitutes such an emotive issue in so many Third World cities.” (Gilbert & Gugler, 1992:114). Assim é classificada, pois, segundo os autores, em termos gerais só uma pequena percentagem tem nas respectivas habitações, acesso aos serviços básicos, como a água canalizada, electricidade, etc. Associado a isso, apontam-se à indicadores como a densidade de quartos ou o aspecto físico da habitação (degradação da mesma ou não).

Ainda no pensamento dos autores citados, refira-se que as diferenças das condições das habitações em diferentes cidades como as do Terceiro Mundo, reflectem as diferenças dos patamares do rendimento *per capita*, a distribuição de riqueza, a velocidade com que cresce a cidade e a forma como a sociedade está organizada. Sendo assim, a condição de cada “indivíduo pobre” reflecte o tipo de respostas individuais dadas a essa mesma condição ou mesmo o tipo de resposta dadas colectivamente pelos “pobres” entre si. É o caso por exemplo de indivíduos que podem improvisar quartos extras, ou mesmo construir um segundo andar nas suas habitações. Podem ainda os indivíduos entre si, terem acções solidárias como é o caso por exemplo, de “dinheiro posto a prazo” entre esses indivíduos, prática que se tem verificado em Moçambique em geral, e na cidade de Maputo em particular e onde aqui toma o nome de *xitique*.

Posto isto, denota-se que a pobreza urbana é apontada a partir de indicadores objectivos principalmente o indicador habitação, que mediante o seu aspecto físico e a existência ou não dos serviços básicos, separa os “pobres” dos “não pobres”. Outros indicadores como tamanho da família; distribuição e fontes de rendimento; padrões de consumo; emprego e educação, também fazem parte da classificação da pobreza urbana. (Idem:Ibidem:13)

Ao olharmos para o perfil da pobreza urbana traçado pelas instituições oficiais moçambicanas salientam-se os seguintes pontos principais:

Características demográficas: Os agregados familiares pobres têm aproximadamente duas vezes mais dependentes que os não-pobres, sendo portanto as taxas de dependência

significativamente mais alta entre estes agregados do que entre os agregados não-pobres. Aqui, não está diferenciado entre agregados urbanos e rurais.

Educação: Segundo ^{Qual?} este documento, a relação entre educação e pobreza é forte. Na zona urbana uma criança tem maior probabilidade de frequentar a escola do que uma criança pobre na zona rural.. Esta relação também é forte entre a educação do chefe de agregado familiar e o estado de pobreza do agregado. Assim, agregados familiares cujo chefe tem um maior nível de educação tendem a ser menos pobres. E esta, é uma relação especialmente forte nas zonas urbanas.

Saúde e nutrição: Nas zonas urbanas, os não pobres apresentam níveis mais altos de assistência sanitária formal que os pobres.

Emprego: nas zonas urbanas os não-pobres tendem a trabalhar mais contra pagamento do que os pobres. Nestas zonas, menos de um terço dos não-pobres trabalham na agricultura, e este grupo é mais representado nos sectores de "comércio e serviços" e "serviços públicos".

Acesso aos serviços sociais e básicos: nas zonas urbanas, os não pobres tendem a ter acesso à água e rede sanitária enquanto os pobres dependem mais de fontanários e poços públicos. (PARPA, 2000/2004: 15).

Neste ponto de vista, em Moçambique duma forma geral, o estudos oficiais da pobreza urbana inclinam-se para o estudo da situação da pobreza; o perfil da pobreza; os determinantes da pobreza; os objectivos globais da redução da pobreza, etc. E, ao olharmos para os dados em causa, quantitativos (ou seja, meramente descritivos), estes são incapazes de por si só, revelar-nos aspectos como o porquê de as mulheres (leia-se urbanas) serem as mais pobres entre os pobres.

CAPÍTULO II

A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA

Neste capítulo, procuramos trazer a compreensão sociológica da “pobreza das mulheres”. Como nos referimos na introdução deste trabalho, a pobreza se evidencia mais nas mulheres, pese embora os inúmeros debates, conferências e relatórios que se têm produzido sobre a sua situação. Assim, questiona-se: porquê é que essa situação persiste, e como é que nós podemos compreendê-la? Esta é a questão e o principal tema neste capítulo, cujas hipóteses de estudo foram lançadas nos seguintes termos: 1) A pobreza das mulheres é resultado do modelo social androcêntrico em que elas estão inseridas. Se ao mesmo tempo que procuramos saber o que subjaz à pobreza das mulheres, o nosso estudo procurou ainda captar as diversas percepções que as mulheres da nossa amostra têm do fenómeno. Isto, constituiu a segunda hipótese do nosso estudo: 2) O fenómeno social pobreza não é algo estático, pré-estabelecido. Ele é resultado das experiências quotidianas vividas individualmente.

Como entender a acentuada pobreza das mulheres? O que é a “feminização da pobreza?”. Estas são mais algumas questões que procuramos explicitar com base em alguns autores nas páginas a seguir.

O conceito “feminização da pobreza, segundo Krieger (1993), foi utilizado pela primeira vez por Diana Perce¹¹, socióloga americana em 1987. E, procura reflectir a existência de mais mulheres pobres, cuja base de sustentação está nas relações sociais de género vistas como relação de poder. Este conceito é apropriado em meados dos anos 80 (no período de recessão económica), com bases em pesquisas que reflectem um elevado índice de pobreza em relação as mulheres, se comparado aos homens. “Surge então uma categoria genérica que parece ter características próprias ao reunir duas fragilidades: pertencer ao sexo feminino e encontrar-se em situação de carência. Me refiro à mulher pobre.” (Andrade cit. Levinas, 1995)

Segundo Pontara et al. cit Galbraith (s/d) para a medição da pobreza feminina, três são os indicadores lançados para o efeito: 1) rendimento na sua relação com o consumo; 2) fenómenos ligados ao modelo social; 3) concentração das mulheres no mercado informal (o facto do rendimento da mulher não ser gasto no seu próprio consumo).

¹¹ Vide: Krieger, Joel.(ed.) (1993): The Oxford Companion to Politics of the World. Oxford University Press, N.Y.pg 144.

Segundo Osório (2000) tendo como princípio que as relações de género são relações de poder que estão estruturadas em torno da subalternidade das mulheres (como resultante dos mecanismos de socialização), o conceito feminização da pobreza articula-se directamente com um modelo social discriminatório. Este é o modelo androcêntrico por excelência, que se entende como sendo parcial, ou seja, a favor ou centrado em géneros masculinos, o que se vai traduzir na limitação do acesso e controlo dos bens pelas mulheres. Estamos perante um sistema de valores que legitima então a desigualdade. Aqui, a *feminização da pobreza* é vista não somente no sentido económico, mas também no sentido de que são as mulheres que têm menos acesso aos diversos direitos.

O PNUD percebe a feminização da pobreza a partir de um “amplo leque de preconceitos existentes na sociedade entre eles a desigualdade de oportunidades na educação, emprego e na posse de activos- que significa que as mulheres têm menos oportunidades.”(Andrade cit. PNUD, 1997:64).

Posto os vários conceitos, o nosso estudo enveredou pelo trilho tal como dos autores que apontam para o facto de a pobreza das mulheres ser resultante dos fenómenos ligados ao modelo social. Este é o modelo social estruturado em dominância, derivando na subordinação do género feminino pelo masculino.

É neste contexto que a pobreza feminina foi olhada a partir da uma abordagem GAD que “...avalia e analisa as relações entre as mulheres e os homens em todos os sectores da sociedade, enfocando aqueles que subordinam e exploram a mulher e as crianças em particular.”(Silva e Andrade, 2000:16).

Mas, referir também para as outras abordagens, com destaque para a abordagem Women in Development (WID) e a abordagem do feminismo liberal ou neo-liberal, que também concorrem na análise da *feminização da pobreza*. Essas são as abordagens pelas quais vamos nos debruçar sobre elas no ponto a seguir.

2.1. As abordagens WID e GAD na feminização da pobreza: as tendências do debate

A expressão *feminização da pobreza* reflecte duma maneira geral o acentuado predomínio das mulheres entre os pobres. Podemos nos perguntar porquê. Por que razão o facto de se ser do sexo feminino parece “atrair a si” a pobreza? Essa interrogante, leva-nos à análise da *feminização da pobreza*, cujas abordagens para o efeito são nomeadamente: 1) a abordagem Women in Development (WID) ou a chamada *mainstreaming*; 2) a abordagem Gender and Development (GAD) ou a chamada agenda-setting e por fim 3) a abordagem elaborada pelo feminismo liberal ou neo-liberal.

A abordagem Mulher no Desenvolvimento (WID), largamente difundida a partir dos anos 70, cujo bordão é “as mulheres precisam de desenvolvimento”. Esta é a abordagem que segundo Arnfred (1999) consiste em encaixar as mulheres no desenvolvimento, pois se tinha uma consciencialização da marginalização e subordinação das mulheres. Esta abordagem vê a mulher como sendo o motor no processo de desenvolvimento; a abordagem Género e Desenvolvimento (GAD), surgiu nos anos 90 como alternativa à abordagem anterior (WID), e cujo bordão é “o desenvolvimento precisa das mulheres.” Esta abordagem procura conceber uma forma de desenvolvimento que sirva as mulheres, colocando a ênfase nas relações socialmente construídas entre mulheres e homens, e ao fazê-lo tornam visível a questão do poder nas relações de género. Diga-se que esta abordagem, ao lançar o lema “O desenvolvimento necessita das mulheres”, tinha-se como base os factores de eficácia e qualidade das mesmas. Ou seja, as mulheres, são vistas como potenciais trabalhadoras assalariadas e produtoras de valores de mercado. Esta é a eficácia que é complementada pela melhor qualidade, que advém do facto de ao se reconhecer que as realidades sociais são marcadas em termo de género, e ao ser assim, o planeamento do desenvolvimento não pode escamotear esse facto.

Segundo Osório(2000) a abordagem do feminismo liberal ou neo-liberal, que na lógica da globalização está virada para o aumento do acesso das mulheres aos bens económicos esvaziando-se o conceito das questões que se prendem à estruturação do modelo social.

Apresentadas as abordagens que concorrem para a análise da *feminização da pobreza*, dizer que elas não estão isentas de críticas. Segundo Arnfred (1999), estas críticas podem se resumir em: olhando para a abordagem WID, a crítica acutilante se dirige ao facto de as políticas que daí advêm, responsabilizarem grandemente as mulheres no desenvolvimento ao invés do Estado. Assim as mulheres tornam-se provedoras “mais eficientes” do bem estar e serviços; por seu lado a abordagem GAD, tem sido criticada por se identificar com um modelo de desenvolvimento transposto do modelo da economia de mercado (refira-se que esta crítica também é dirigida à abordagem WID). Esta crítica deve-se fundamentalmente ao facto de, ao se apegar a um modelo de economia de mercado acabam-se por privilegiar iniciativas que se relacionam com as actividades geradoras de rendimento, trabalho assalariado, ignorando e tornando invisível as esferas femininas de poder. Estas são as esferas como a de “...produção, controlo e distribuição de alimentos, execução de rituais e conhecimentos relacionados com o parto, educação das crianças em competências básicas, manutenção das relações entre a vida diária e os espíritos, entre os vivos e os

mortos.”(Arnferd, 1999:4). Por fim, a abordagem do feminismo liberal ou neo-liberal, tem sido criticada por esta não ter em conta a estruturação do modelo social em que as mulheres estão inseridas. Sendo assim, pelo facto de elas acederem aos bens económicos, não se questiona até que ponto há o controlo desses mesmos recursos por parte das mulheres.

Mas, pese embora as críticas, ao pegarmos na abordagem GAD para análise do nosso estudo, ela tem o mérito de no enfoque sobre género e desenvolvimento, não o fazer sobre as mulheres *per se*. Ao não fazer sobre as mulheres *per se*, fazem-nas sobre as relações de género rejeitando portanto o determinismo ou essencialismo biológico. Segundo Young (1988) a abordagem GAD defende que diferenças biológicas e muito pequenas têm sido reforçadas socialmente para criar a aparência de diferenças consideráveis (quase intransponíveis) entre homens e mulheres. Apenas para ilustrar, podemos dar o exemplo de se ser do sexo feminino (logo frágil, dependente, submissa), e conseqüentemente não poder ser “a chefe da família”. Ao não se ser “a chefe da família” chamamos a atenção, baseando-nos em Osório (2000) ao facto de estas apenas serem assim vistas em situação de ausência da figura masculina. Diga-se que, mesmo as mulheres que vivem sozinhas (e que tenham maior poder de controlo sobre o seu rendimento), socialmente elas não assumem papéis que dão legitimidade à chefia da família. A autora dá exemplos de cerimónias e rituais como o de lobolo que são dirigidos pelos homens.

Nessa perspectiva GAD, o enfoque principal está virado para as relações de género, relações essas que são socialmente construídas entre homens e mulheres, atravessados então por normas e valores defendidos pelos membros da respectiva sociedade. Ao falarmos de relações socialmente construídas, falamos nós da maneira como se refere às origens unicamente sociais das identidades das mulheres e dos homens. Portanto, os papéis sociais que cabem as mulheres e aos homens é fruto duma criação social.

Pautando por esta perspectiva GAD, tem-se que o género opera decisivamente em certas arenas, como a da família ou doméstica e a arena da sociedade mais ampla. Naquela, o tipo de relações sociais entre homens e mulheres são atribuídas, ou seja, advém dos lugares que ocupam as partes no sistema de relações estabelecidas com base na família; nesta, o tipo de relações sociais são adquiridas, ou seja, advém da inserção das partes individuais na vida económica, social, cultural ou política na sociedade.

Ao se ter em atenção as relações de género que são socialmente construídas, procuramos trazer aquilo que seria a percepção do que é “ser mulher”, percepção essa que provavelmente nos “revele” o porquê da mulher ser a mais pobre entre os pobres. Este é o nosso propósito no ponto seguinte.

2.2. Ser mulher: uma percepção africana e moçambicana no contexto da feminização da pobreza

Neste ponto, procuramos trazer duma forma geral, a percepção do conceito “mulher”, da maneira como ele é veiculado em África assim como em Moçambique. Diga-se que nessa percepção é notório o poder que a sociedade patriarcal exerce sobre a mulher. Esse é o poder que leva à construção social do que é ser mulher, e que portanto especifica o seu lugar na sociedade.

Segundo Casimiro (1999), olhando para a África no que se refere a sua historiografia, esta tendia a apresentar as mulheres como vítimas, ou como objectos passivos da história. Mas, ao mesmo tempo tendia a apresenta-las duma forma decorativa, romantizada, como rainhas, poderosas e extremamente deusificadas cujo acesso a elas para maioria das outras mulheres era impensável. Se fizermos referência a de Beauvoir (1960), a construção das mulheres como “deusas”, induzira-nos a pensar na existência de um reinado das mulheres, de uma “idade de ouro”, o que para ela não passa de um mito : “Terra, Mãe, Deusa, não era ela para o homem um semelhante; era *além* do reino humano que seu domínio se afirmava: estava portanto fora desse reino.” (de Beauvoir, 1960: 91). Esta seria segundo a designação de Lipovetsky (2000) na sua tipologia, a Primeira Mulher, ou a Mulher Depreciada, cujo poder está ligado à feitiçaria e ardis, associando-se então a mulher às forças do mal e do caos, às forças que agredem a ordem social. Voltando à Casimiro (1999), as mulheres são vistas como gate keepers ou seja conservadoras e reprodutoras da cultura e tradições que estão no surgimento do atraso. Mas, ao mesmo tempo que são assim vistas, são designadas como sendo as verdadeiras mulheres africanas. O sentido de verdadeiras mulheres é a que está fora da apropriação do conhecimento, e fora da apropriação do poder. De referir que a “...construção da mulher africana como vítima está incrustada nas tradições que definem a autenticidade como estática, pobre e rural” (Casimiro cit. McFadden, 1998: 26-30). E, a sua autenticidade existe via símbolos de desempoderamento e subordinação

Esta é a visão geral de África no respeitante à representação daquilo que é (ou deve ser) a mulher africana: “Segundo a expressão atribuída à Péricles, “a melhor mulher é aquela de que se fala menos””(Lipovetsky, 2000:230).

Numa visão menos abrangente, em Moçambique no caso concreto, nos primeiros anos de independência (1975), pela linha orientadora (marxista-leninista) levada a cabo pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), pautou-se pela emancipação da mulher que seria levada a cabo pela inserção desta no processo produtivo. Assim, estariam criadas

formas de a mulher se libertar, de sair da sua condição de subordinada, tanto do homem em particular como da sociedade em geral.

Estava-se numa sociedade regida por um sistema socialista, onde se apregoeou, por práticas e discursos políticos, o acentuar da igualdade de oportunidades tanto para o homem como para a mulher. Mas, frise-se que muito embora se tenha politicamente definido um igual acesso aos recursos por parte do homem e da mulher, "...a estrutura das relações sociais de género não se alterou, isto é, socialmente a mulher continuou a ser representada como mãe e como esposa." (Osório, 2000:19). É como se pode depreender, ainda citando a autora, no Hino da Mulher Moçambicana que a vê como a companheira inseparável do homem engajado, e a "educadora das novas gerações".

Segundo Osório (2000), a partir de 1984 com o alastramento da guerra civil em Moçambique, com a introdução do programa de ajustamento estrutural, e ainda com a alteração da natureza do Estado, a condição da mulher agrava-se. Eis pois, que se dá o aparecimento da mulher no mercado de trabalho resultante da crise económica expressa no desemprego masculino e no alto custo de vida. Refira-se que esse aparecimento da mulher no mercado de trabalho, se relaciona com o aumento de violência de género, se entendermos violência como "...uma forma de exercício do poder do homem sobre a mulher e/ou uma das formas que assume a procura ou a afirmação da identidade masculina socialmente construída." (Andrade et al. Nota de rodapé, 2000). Assim é visto, pois o acesso ao mercado de trabalho, não significa o controlo dos recursos que este possui, e a mulher é vista apenas como provedora do lar sem a alteração do seu estatuto.

Denota-se a partir do exposto, que em Moçambique ao se dar um igual acesso aos recursos aos homens como as mulheres (ao mesmo tempo que se tinha uma representação do que é ser mulher), e ao se inserir a mulher no processo produtivo, estava-se a "encaixar" a mulher no desenvolvimento (abordagem WID), e não se teve em conta a discriminação de género.

Assim, o presente trabalho optou pela abordagem GAD na análise da *feminização da pobreza* por esta rejeitar o determinismo biológico e dar primazia às relações socialmente construídas entre mulheres e homens. E isto, não se verifica na abordagem WID.

CAPÍTULO III

INAS como uma das instituições na categorização do "pobre".

Em Moçambique existem vários programas para o combate da pobreza. Estes são os chamados programas anti-pobreza. Segundo o PNUD, nos seus Estudos Ocasionais-Avaliação Rápida de Programa Nacionais Anti-Pobreza (2000), existem em curso no país os seguintes programas anti-pobreza:

Programa de Subsídio Alimentar, Programa Integrado de Desenvolvimento do Sector (PROAGRI); Programa Integrado de Acção Social, Emprego e Juventude; Programa Integrado Estratégico do Sector da Educação (ESSP) (1999-2003); Plano de Acção Rural (PRA).

O Programa de Subsídio Alimentar está virado para uma transferência em dinheiro concedido mensalmente pelo Estado, a título de ajuda alimentar de modo a apoiar os indivíduos considerados mais desfavorecidos. Este é um programa de Assistência Social mais antigo no país, e vem sendo executado desde 1990, pelo Instituto Nacional de Acção Social (INAS).

Para fazer face ao impacto negativo do Programa de Reabilitação Económica (PRE, 1987) sobre o rendimento dos agregados pobres, o Governo de Moçambique iniciou um programa urbano de transferência em dinheiro. O objectivo principal era suplementar a dieta alimentar dos agregados em causa, de modo a minimizar a pobreza (não erradicar), dos agregados urbanos.

Refira-se que o programa teve como anterior gerência desde o seu arranque, em Junho de 1990 até 1997, o Gabinete de Apoio à População Vulnerável (GAPVU), unidade então dependente do Ministério de Coordenação de Acção Social (MICAS).

O Boletim Informativo do Programa de Subsídio de Alimentos do INAS (2001) define como objectivos do programa, atenuar as dificuldades de subsistência que são enfrentadas por agregados familiares ou indivíduos em situação de pobreza absoluta. Estes são os que não conseguem por meios próprios satisfazer as necessidades básicas, em virtude de incapacidade temporária ou permanente dos indivíduos para o trabalho.

O INAS, na selecção dos seus beneficiários tem pautado por medidas de rendimento, critérios geográficos (somente área urbanas), e o empenhamento das comunidades locais (PNUD, 2000:31). Tem ainda traçado como o seu grupo alvo, ou os beneficiários, os indivíduos de ambos os sexos incapacitados para o trabalho (temporária ou

permanentemente), que vivem isolados ou chefiando agregados familiares em situação de pobreza absoluta: pessoas portadoras de deficiência; pessoas idosas; pessoas que sofram de doenças crónicas e mulheres grávidas com problemas nutricionais associados a factores de risco. (Boletim Informativo do P.S.A, 2001).

3.1. Programa Benefício Social pelo Trabalho ✓

A partir do Programa Subsídios de Alimentos o INAS cria o chamado Programa Benefício Social pelo Trabalho, que numa primeira fase está também limitado apenas às cidades e engloba apenas mulheres que se ^{tem} mostram "...com capacidade para o trabalho mas que não possuem alternativas imediatas de sobrevivência." (Plano Anual 2002-INAS:4). Surge este programa como forma de modificar (e/ou prevenir) aquilo que o INAS designa de comportamento de dependência ou mão estendida. O comportamento de dependência ou mão estendida é entendido pelo INAS como resultante da implementação do Programa de Subsídio de Alimentos. Este é um Programa em que os indivíduos mensalmente têm um valor monetário por receber. Refira-se que estes indivíduos são mulheres e homens que provam a inexistência de outros meios de sustentabilidade. É neste âmbito que o INAS vê este Programa como originando um comportamento de dependência nesses indivíduos. E, faz parte da estratégia principal deste Programa subsidiar fontes de ocupação para o enquadramento transitório de beneficiários através da identificação de projectos a executar por diferentes entidades. Refira-se que a entidade que neste momento trabalha em parceria com o INAS no Programa Benefício Social pelo Trabalho, é o Conselho Municipal da Cidade de Maputo, cujo trabalho das mulheres visa essencialmente "...contribuir para a melhoria de determinados serviços, dentre eles com a limpeza das cidades e com outras obras, projectos sociais ou serviços com impacto na melhoria de vida da população." (Plano Anual 2002-INAS:2)

Sendo as mulheres que integram o Programa Benefício Social pelo Trabalho consideradas pobres, ao serem aqui inseridas procura-se que elas encontrem outras alternativas de rendimento económico (diferentemente da mão estendida), que se traduz num valor mensal de 450.000,00mt. É com base neste programa que o INAS procura fazer com que às mulheres aqui integradas estejam asseguradas fontes de sobrevivência, e que elas sejam capazes de ter um auto-sustento.

Visto deste modo, o INAS não se distancia daquilo que se designa de perspectiva intervencionista. Se o INAS pretende prevenir o que designa de comportamento de dependência, é evidente que apenas centra as suas atenções para a resolução e não para o

questionamento do mesmo. Pois, como bem refere no seu documento, "...o INAS iniciou estudos e análises do seu mandato visando conceber formas sustentáveis de assistência dos grupos alvo dentro da estratégia (...) definida pelo PARPA..." (INAS, 2002:5).

Dito de outro modo e em termos gerais, o INAS vê a pobreza ou rotula as pessoas de pobres com base na resposta institucional que se dá a essas mesmas pessoas. Portanto, o facto de se receber assistência social significa ser pobre para o INAS e o ser pobre significa receber assistência social.

CAPÍTULO IV

O estudo da pobreza no Distrito Urbano nº 2

Neste capítulo trazemos uma breve caracterização geográfica, dmográfica e económica do Distrito Urbano nº 2 por nós seleccionado bem como aquilo que são os perfis institucional e individual no contexto da pobreza. Este, é o capítulo da análise dos dados.

4.1. Situação geográfica

O Distrito Urbano nº 2, comporta uma área de 62 km, sendo composto por onze (11) bairros, a saber: Chamanculo "A"; Chamanculo "B"; Chamanculo "C"; Chamanculo "D"; Aeroporto "A"; Aeroporto "B"; Mikadjuíne; Unidade 7; Malanga; Xipamanine e Munhuana. O Distrito tem como delimitação: ao Norte- Distrito Urbano nº 4 (nomeadamente o bairro Hulene); ao Sul- Distrito Urbano nº 3 (Avenida de Angola); a Este- Distrito Urbano nº 1 (Avenida de Tanzania) e finalmente ao Oeste- Distrito Urbano nº 5 (Avenida de Moçambique). *fonte*

4.2. Situação demográfica

O Distrito Urbano nº 2, tem uma população de 162.750 habitantes, cuja desagregação da mesma, aponta para um número de 82.656 para as mulheres, e os restantes 80.094 para os homens, isto segundo o censo populacional de 1997. (Fonte: Sede do Distrito Urbano nº 2)

4.3. Situação económica

Tendo como fonte a Administração do Distrito em causa, este pode ser considerado um distrito industrial. Essa designação advém do facto de o distrito possuir um elevado número de empresas comparativamente aos outros distritos. Essas são empresas de várias actividades, perfazendo o número total de 57. Ajuntando-se a isso, o Distrito tem 25 estabelecimentos de ensino, sendo 21 escolas públicas, 1 privada e as restantes 3 comunitárias. Quanto aos mercados, tem o Distrito o número total de 12, dos quais 7 são formais e 5 informais. Por fim, o Distrito tem 2 hospitais gerais e 1 centro de saúde. (Fonte: Sede do Distrito Urbano nº 2).

4.4. Sobre os dados e sobre os perfis institucional e individual no contexto da pobreza

Os dados que são objecto de análise neste capítulo, têm origem na recolha de informação, fundamentalmente através de entrevistas semi-estruturadas às mulheres seleccionadas para a nossa amostra. Aqui os dados recolhidos visaram, para além de captar a informação sobre a pobreza numa perspectiva de género, captar também as percepções individuais que as seleccionadas têm do fenómeno.

As entrevistas estenderam-se ainda aos funcionários do INAS, onde se procurou trazer a informação sobre com que bases esta entidade selecciona os "pobres", e quem são então esses "pobres". Ou dito de outro modo, que legitimidade tem o INAS para definir os "pobres": o que é necessário e para quem? Quem é que está autorizado a definir isso? São as questões deste ponto.

Recorde-se que o trabalho teve como objectivos específicos do trabalho, a análise dos condicionalismos sociais que influenciam na situação de pobreza das mulheres ao mesmo tempo que se procurou fazer uma confrontação do que é a pobreza dos pontos de vista institucional e individual.

Assim, pautou-se para a análise dos dados em questão, pela abordagem GAD, que compreende a *feminização da pobreza* como resultado de um modelo androcéntrico que subalterniza a mulher.

Sendo objecto do nosso trabalho as mulheres no âmbito da relação conjugal de modo a que se conheçam suas práticas e representações da pobreza, a análise privilegiou, orientando-se pelo objectivo traçado, a arena doméstica como o espaço onde as relações são atribuídas com base no casamento e/ou família.

O número da amostra foi de 20 indivíduos, e os dados analisados foram de dois dos 7 bairros que perfazem o Distrito Urbano nº 2. Estes foram os bairros da Malanga e do Xipamanine, com 10 entrevistadas respectivamente. Estas foram seleccionados pela própria pesquisadora com base numa amostragem propositada onde os bairros foram seleccionados unicamente pela facilidade de acesso aos mesmos.

A orientarmos a nossa entrevista tendo em vista os objectivos traçados, das informações recolhidas podemos em linhas gerais concluir que: primeiro, a pobreza é susceptível de ser mais visível nas mulheres (por nós delimitadas) comparativamente aos homens, pela maneira como as relações sociais são construídas no espaço doméstico (socialização na família); segundo, a pobreza é perceptível de maneira diferenciada entre as mulheres, pois o significado da pobreza não é homogéneo para cada uma das mulheres o que, terceiro e último, vai contrastar com o conceito de pobreza a prior definido. Esse contraste

do conceito de pobreza está na maneira como as mulheres individualmente compreendem essa mesma pobreza que se distancia da definição institucional veiculado pelo INAS.

4.4.1. Perfil institucional no contexto da pobreza

Na definição do conceito pobreza, o INAS como a entidade que dá assistência social aos indivíduos por ela considerados como sendo “pobres”, o perfil institucional apropriou-se de uma delimitação quantitativa da pobreza. O INAS considera como “pobres”, todo o indivíduo que gasta menos que 5433,00mt dia/pessoa.

Ao prestar assistência, diga-se que o INAS vê os indivíduos assistidos como incapazes de por si só, saírem do estado em que se encontram. Assim é, pois caracterizam a sua acção como legítima, legitimada pelo seu próprio grupo alvo que “reconhece a sua pobreza”, ao mesmo tempo que este grupo reconhece no INAS a entidade para sair desse mesmo estado de pobreza. *“Todos os beneficiários agradecem a nós por este trabalho que estamos a fazer. Chegam mesmo a dizer que foi Deus que nos colocou aqui para lhes ajudar.”* Disse uma funcionária do INAS por nós entrevistada.

*temos qual se
da parte
gratuito.*

4.4.2. Perfil individual no contexto da pobreza

O perfil das “mulheres pobres” é caracterizado pelo facto de a maioria (12) ser divorciada e um número menor (5) ser casada e as restantes (3) serem viúvas. A idade das mulheres varia entre os 34 e os 59 anos. Todas as mulheres não têm profissão e encontram-se presentemente, pelo Programa Benefício Social pelo Trabalho, inseridas em escolas e hospitais, onde têm a renda mensal de 450.000,00mt. Antes de estarem inscritas, a maioria delas (16) tinham na venda de carvão a principal senão a única fonte de receitas. As restantes dedicavam-se à venda de bebida alcoólica.

Podemos questionar: que percepções têm as mulheres “socialmente assistidas” do Distrito Urbano nº 2 da situação de pobreza (ou de pobre)? Esta, foi a questão norteadora do trabalho, que se pode traduzir em: “Quem são as pobres?”

Para respondermos a essa questão traçou-se a seguinte hipótese: O fenómeno social pobreza, não é algo estático, pré-estabelecido. Ele é resultado das experiências quotidianas vividas individualmente.

Diga-se que todas as mulheres da amostra estão inscritas no INAS desde o ano de 1999, e um grande número delas (17-entre divorciadas, viúvas e casadas) consideram-se pobres. Diga-se que ao considerarem-se pobres elas não abraçam a definição oficial da

pobreza que no caso concreto é veiculado pelo INAS. Estas entendem a pobreza, independentemente do antes e depois da sua inscrição no INAS, como a ausência da família, leia-se família de laço materno (aqui se pode incluir ainda a perda de um ou ambos dos seus progenitores), mau relacionamento com os amigos e ou vizinhos. Outras mulheres ainda, um pequeno número (3-duas divorciadas e uma casada), afirmaram como não sendo pobres pois "temos o que vestir, temos como mandar os filhos a escola e nunca mendigamos comida a ninguém (sic)". À questão colocada que procurava saber em termos comparativos, entre mulheres casadas e não casadas qual delas tem mais probabilidade de ser pobre, todas as mulheres foram unânimes na resposta: mulher não-casada.

"Quando uma mulher está sozinha ela não faz planos da vida. A pouca coisa que tiver logo gasta, não pensa no amanhã."

"Uma mulher sem marido, não terá ajuda. Porque o marido traz qualquer coisa para casa. Também familiares, podem ser da própria mulher ou do marido ajudam."

As mulheres entrevistadas vêem na mulher não-casada aquela que não tem um homem que lhe possa prover as suas necessidades quer económicas, quer sociais. Douro lado, para uma mulher casada, ao mesmo tempo que o homem pode ir ao mercado de trabalho e ter uma renda, ele faz com que a (sua) mulher sinta-se respeitada quer pela sua própria família, quer pela sociedade em geral, "uma vez que não está sozinha."

Mas, diga-se que a mulher casada ao ver no homem o seu "provedor de bem-estar", vêem-no também como o que limita o seu acesso e controlo dos recursos. Isto pode-se depreender da informação recolhida à pergunta: a condição de ser mulher casada diferentemente da condição de ser homem casado, influencia na sua maneira de viver, o *sim* foi a resposta unânime. As mulheres da amostra vêem na sua condição de mulher casada, um bloqueio para o mercado de trabalho, *"porque quer o marido quer a família não vão deixar passar muito tempo fora de casa, para não ser chamada de nomes."*

"A mulher casada tem só que ficar em casa quieta, não pode ir para fora trabalhar. Como pode assim conseguir algo para se sustentar e sustentar os seus filhos?"

Portanto, está-se perante posições opostas: se por um lado a pobreza afecta mais as mulheres não-casadas, por outro-lado as mulheres casadas não se encontram em situação diferente das não-casadas. Pois, tem se a partir dos dados colectados, que a mulher sendo casada é pobre porque não pode ir ao mercado de trabalho, ao mesmo tempo que a mulher não sendo casada também é pobre porque não tem um homem (leia-se marido) para a sustentar ou apoiar.

Conclusão

Dito de um modo geral, as mulheres da nossa amostra (a maior parte delas) não se definem como pobres no sentido institucional do termo. Pois, não tiveram como indicador da pobreza, a baixa renda ou consumo. Os laços afectivos quebrados (ou distantes), foram apontados por um grande número delas, como a causa principal na condução à pobreza. Assim, temos que a percepção de pobreza, nas mulheres não reflecte necessariamente a apreensão institucional do fenómeno. *Conclusão*

4.5. O que leva à pobreza?

Para respondermos a essa questão, voltarmos para a nossa hipótese levantada, que via a pobreza das mulheres como resultado dum modelo social androcêntrico em que elas estão inseridas.

Esse ponto de vista sugerido pela hipótese, é visível na maneira como é definida a pobreza pelas instituições oficiais, na qual o INAS é exemplo.

Ao pegar somente nas mulheres e inseri-las no Programa Benefício Social pelo Trabalho, o fazem com base em: terem capacidade para o trabalho; e não possuírem alternativas imediatas de sobrevivência (vide cap. III deste trabalho).

Se olharmos para o perfil individual das entrevistadas, vemos que a maioria delas antes de estarem inscritas no INAS, tinham como fonte de rendimento a venda de carvão. Um número pequeno delas tinham como fonte de rendimento a venda de bebida alcoólica. Vemos também, que a maioria delas não têm um homem, ou seja, marido para prover as necessidades da casa.

É assim, que as mulheres com base nesses critérios de selecção empregues pelo INAS, que diferencia pobre de não-pobre, se identificam com esse modelo de organização social que a sociedade perpetua na circulação de vários estereótipos (vide introdução deste trabalho).

Se ~~depreendermos~~ a partir da informação colectada- que o homem de alguma maneira veda o acesso e controlo dos recursos (económicos) às mulheres, pela maneira como as relações sociais são estruturadas na família (estruturação em dominância)- podemos de maneira geral, concluir que o modelo social em que as mulheres estão inseridas, fazem-nas, no dizer de Casimiro (1990) inculcar a "cultura do subordinado", que acaba lhes levando a situação que elas consideram de "pobre". Ao falarmos de "cultura de subordinado" estamos a falar, no dizer da autora duma cultura que resulta das experiências de subordinação e da assimetria nas relações interpessoais de género vividas pelas mulheres.

*Mas n.º se trata
da informação dos
senhores!*

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A linha de pobreza e as necessidades básicas, com enfoque em indicadores económicos, são os critérios comumente usados em Moçambique para a definição de pobreza. Esta, obedecendo a critérios quantitativos para a sua medição, acaba homogeneizando indivíduos numa única categoria que é traçada com base na renda ou consumo, sem no entanto se determinar até que ponto estes perfis correspondem ao que os indivíduos assistidos entendem por pobreza. Ao mesmo tempo que assim é, estes perfis traçados são incapazes de por si só revelarem a desigualdade no âmbito familiar, não permitindo fazer uma avaliação directa da pobreza entre as mulheres.

Para que tal “revelação” viesse ao de cima, o nosso trabalho pautou pela abordagem GAD, por esta ter o mérito de (diferentemente da abordagem WID) na análise do género e desenvolvimento, dar primazia não as mulheres *per se*, mas nas relações entre mulheres e homens que se realizam em todos os sectores da sociedade, principalmente naqueles que subalterniza a mulher. Estamos a falar da esfera doméstica, pois é nesta onde o tipo de relações que se estabelecem é atribuída, isto é, o seu carácter deriva da posição das partes estabelecidas em grande medida com base na família e/ou casamento. Este estudo busca fundamentalmente, perceber que impacto tem a relação de género na situação de pobreza das mulheres.

É assim, que o nosso trabalho partiu com as seguintes hipóteses: 1) A pobreza das mulheres é resultado do modelo social androcrático em que elas estão inseridas e 2) O fenómeno social pobreza não é algo estático, pré-estabelecido. Ele é resultado das experiências quotidianas vividas individualmente.

Respondendo a nossa pergunta de partida, podemos concluir que a percepção da pobreza por parte das mulheres entrevistadas contradiz com aquilo que é a definição oficial desse mesmo fenómeno. Essas mulheres entendem a pobreza tendo como base a ideia que têm do papel e do lugar da mulher na sociedade em geral e na esfera doméstica em particular.

A partir das conclusões deixadas em aberto para futuras reflexões, foram traçadas recomendações que julgamos importantes. Daí a sua consideração nos próximos trabalhos ligados ao tema. Assim, recomenda-se que se faça análise e não apenas descrição da pobreza. Pois, é importante que se questionem o porquê de as coisas serem como são: quem são os pobres? porquê são pobres? São questões a não se deixar de responder para que não vejamos

os fenómenos sociais numa forma “normal”, mas como resultado de uma construção social. Recomenda-se ainda que se olhe para a pobreza não numa forma rígida, padronizada, não questionável, mas tendo em consideração o significado subjectivo que o fenómeno tem para os indivíduos.

Em relação as implicações práticas, esperamos que este trabalho sirva de alguma maneira para em estudos oficiais sobre a pobreza se ter uma outra abordagem do mesmo. Pois, se inúmeros relatórios, debates e conferências têm sido motivadas pela situação da “mulher pobre” e esta não se altera, urge questionar: onde está de facto o problema, aliás, qual é o problema??

"mulher pobre" e esta não se altera, urge questionar: onde está de facto o problema, aliás, qual é o problema??

Visto
 O trabalho e Rasóval
 atendendo e Considerando as deficiências
 que os Estud-tes têm para ~~ser~~ produzir
 os trabalhos. Entretanto, a apresenta muitos
 problemas de ortografia, faxes e formatação de
 ideias apresentadas em texto e os pontos de
 da apenas 50% do texto e os pontos de
 ocupar apenas os conteúdos sem apresentar
 terem apenas os conteúdos sem apresentar
 1 conteúdo e os conteúdos sem apresentar
 sem muitos conteúdos sem apresentar
 dos conceitos e os conteúdos sem apresentar
 o Quadro teórico e os conteúdos sem apresentar
 vezes e a profundidade dos conteúdos sem apresentar
 se que foram de deficiências a usar,
 1 Os resultados das amostras (2 páginas)
 a partir dos resultados (2 páginas)
 por 1880 11 Valores
 27.03.02

Dissertação/Licenciatura em Sociologia

11 Values
27.03.08

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADIUME, Ifi. (1987): Male daughters, female husbands. Gender and Sex in an African Society. London, Zed Books.

AMÂNCIO, L. (1992) As assimetrias nas representações do género. In revista Crítica de C. Sociais. Iº Congresso Luso-Afro Brasileiro. Saber e Imaginar Social. vol.III

ANDRADE, X. et al (2000). Direitos Humanos das mulheres em quatro tópicos. Revisão da literatura. Maputo, UEM.

BEAUVOIR, Simon de (1960): O Segundo Sexo. Factos e Mitos. Difusão Européia do Livro. ✓

Boletim Informativo do P.S.A/2001-INAS.

CASIMIRO, Isabel (1999): Paz na terra, guerra em casa. Feminismo e Organização de mulheres em Moçambique. Dissertação para o grau de mestrado em sociologia. Coimbra. ?

CASIMIRO, Isabel e ANDRADE, Ximena (1992): Construindo uma teoria de género em Moçambique, Maputo. Departamento de Estudos da Mulher e do Género. CEA, UEM. ?

Texto elaborado por Isabel Casimiro com base em CHETNA (1993): A Workshop on Gender Concerns. Nova Delhi, India.

COSER: The Sociology of poverty. In FRISBY, D.(ed.) (1970): Georg Simmel; Critical Assessments.

DISTRITO URBANO Nº 2- Recolha de dados do próprio distrito com base nos relatórios internos.

FORTES, Iolanda (1995). O perfil da pobreza em Moçambique. Documento de apoio para a "Estratégia de Redução da pobreza em Moçambique.", preparado pela Unidade de Alívio à Pobreza, Ministério do Plano e Finanças.

FÓRUM MULHER (2000) Projecto Mundial das Mulheres. *ma cit, 2*

FOUCAULT, Michel (1979). Microfísica do Poder. Rio de Janeiro. Brasil. Graal. ✓

_____(1977). Introdução ao pensamento de Michael Foucault. Rio de Janeiro: Zahar. ✓

HERITIER, Françoise (1998): Masculino e Feminino: O pensamento da diferença. Instituto Piaget. Epistemologia e Sociedade.

Krieger, Joel. (ed)(1993): The Oxford Companion to Politics of the World. Oxford University Press. ✓

LAVINAS, L. (1996): As mulheres no universo da pobreza. O caso brasileiro. Ano 4. 2º semestre. ✓

LIBERMAN, G. & CASIMIRO, I. (1990): O desafio da reconceptualização: reflexões preliminares para estudar a mulher a partir da própria mulher em Moçambique. CEA-UEM, Maputo.

LIPOVETSKY, G. (2000). A Terceira Mulher. Permanência e Revolução do Feminino. Instituto Piaget. Epistemologia e Sociedade. ✓

LOFORTE, Ana Maria. (2000): Género e Poder entre os Tsonga de Moçambique. Promédia, Colecção Identidades.

MAJID, Rahnema. Pobreza. In: Sachs, Wolfgang (ed) (2000). Dicionário do Desenvolvimento. Guia para o conhecimento como poder. Editora vozes.

MONTEIRO, Marko (1997): A Perspectiva do Género nos Estudos de Masculinidade: uma análise da revista Êle Ela em 1969. In: www.artnet.com.br/

OSÓRIO, Conceição (2000): A Feminização da Pobreza. (Texto não editado)

OYEWUMI, Oyeronke (1997): The invention of woman. Making an African sense of western gender discourses, Minneapolis University Press.

Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta (PARPA, 2000/2004). Ministério do Plano e Finanças, PROMÉDIA.

PONTARA, Nicola et all. (2000): Gender an Poverty in Mozambique, Maputo/Prepared for ILO.

PNUD (2000): Moçambique: Avaliação Rápida de Programas Nacionais Anti-pobreza. Estudos Ocasionalis 1.

Plano Anual 2002-INAS-Instituto Nacional de Acção Social.

RAHNEMA, Majid. Pobreza. In Sachs, Wolfgang. (ed) (2000): Dicionário do Desenvolvimento. Guia para o Conhecimento como Poder. Editora Vozes ✓

RAGO et all. (1998): In. Masculino, Feminino, Plural. PEDRO, J.& GROSSI, M. (org.). Editora Mulheres.

Relatório do Desenvolvimento Humano (1997). Editora Trinova, Lisboa.

Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano (1999): Moçambique: Crescimento económico e desenvolvimento humano: Progresso, obstáculos e desafios. PNUD,UEM,SARDC.

Relatório do Desenvolvimento Mundial (2000/2001). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

SCHUTZ, A.(1979) In. Fenomenologia e Relações Sociais (textos escolhidos) Wagner, Helmut. (org.) Zahar Editores, RJ. ✓

SILVA, T. da & ANDRADE, X. (2000): Para além das desigualdades. A mulher em Moçambique. CEA.SARDC. Fórum Mulher, Maputo. ✓

TRIVIÑOS, A. (1987). Introdução à pesquisa em Ciências Sociais. A pesquisa qualitativa em educação. S.P.ed.Atlas. ✓

VIEZZER, M. (s/d): O Problema Não Está na Mulher. Cortez Editora ✓

WATERHOUSE, Rachel e VIJFHUIZEN Carin.(2001): Estratégia das mulheres, proveito dos homens. Livraria Universitária. Maputo. ✓

YOUNG, K. (1988): Género e Desenvolvimento: uma aproximação relacional. Brighton: Sussex University Press. ✓

Fonte: IMAN, Ayesha M et al (1997): "Dar Perspectiva de Género as Ciencias Sociais Africanas: Ensaio Introdutório". Livros Codesria, Dakar.

<http://www.iadb.org/idbamerica/Portuguese/JUL01P/jul01p2.htm>

ANEXOS

QUESTIONÁRIO

PARTE I

Perfil sócio-demográfico

- 2- Qual é a sua idade?
- 3- Qual é a sua ocupação actual?
- 4- Qual é o seu estado civil?

PARTE II

Percepção do fenómeno pobreza por parte dos indivíduos (percepção individual)

- 1- Vive há muito tempo neste bairro?

Objectivo: criar um “ambiente de entrevista”, dando início a conversa;

- 2- Como é que você avalia o bairro onde vive (em termos sócio-económicos)?

- 2.1- Acha que vale a pena para si viver neste bairro? Pode dizer porquê?

Alternativa/Insistência: O bairro tem condições para viver que acha que sejam “boas” para si? Porquê diz isso?

Objectivo: saber como a entrevistada avalia objectivamente a (não) pobreza.

- 3- O facto de estar a viver neste bairro, tem alguma repercussão na sua vida pessoal e/ou familiar?

Objectivo: Saber que avaliação subjectiva a entrevistada tem da sua situação de vida.

- 4- O que é pobreza para si?

- 4.1- Como é que se considera: pobre ou não pobre. Porquê?

- 4.2- O que acha que provoca a situação actual em que vive?

- 4.3- A sua rede de amigos influencia na sua situação actual?

- 4.4- A sua família/comunidade influencia na sua maneira de viver?

- 4.5- Entre uma mulher casada e outra não casada, qual acha que tem maior probabilidade de ser pobre?

4.6 - A condição de ser mulher casada diferentemente da condição de ser homem casado, influencia na sua maneira de viver?

Objectivo: Identificar os motivos sócio-culturais subjacentes à condição actual da mulher.

5- Que mudanças ocorreram na sua vida antes e depois do “aparecimento” do INAS?

Objectivo: Saber que impacto, que alcance tem o INAS, na vida dessas mulheres.

PARTE III

Percepção do fenómeno pobreza por parte dos funcionários do INAS (percepção institucional)

1- Em que momento o INAS aparece em cena?

Objectivo: Saber o que moveu a criação do INAS.

2- Qual é especificamente o trabalho que o INAS realiza?

Objectivo: Saber o tipo de acção do INAS.

3- O trabalho que o INAS realiza tem surtido o efeito desejado, tanto para a instituição como para o vosso grupo alvo?

Objectivo: Saber o alcance, o impacto do trabalho do INAS ao grupo alvo.

4- Se o INAS não aparecesse em cena, quais acha que seriam as condições em que se encontrariam o vosso grupo alvo?

Alternativa/Insistência: Acha que o grupo alvo por si, não têm condições de sair da situação em que se encontra?

Objectivo: Saber que avaliação o INAS faz de si mesma como instrumento eficaz para ajuda à esse grupo alvo; saber que legitimidade tem o INAS para a sua prática.

PARECER SOBRE A DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA.

Candidata: Sónia Cintura

Tema: A situação da pobreza das Mulheres na Cidade de Maputo e suas percepções: O caso do Distrito Urbano n.º 2

Visto o trabalho todo representa um grande esforço da candidata para a sua elaboração, considerando que não teve muito acompanhamento durante o período mais importante da sua elaboração. É um grande esforço a elaboração de um trabalho desta magnitude com a escassez de material tanto bibliográfico assim como de fontes orais capazes de responder às exigências deste tipo de trabalho. O facto de a candidata ter realizado este estudo sozinha e numa das línguas nacionais que não domina e possivelmente não conhece representa mais um ponto forte da estudante no sentido de poder saber fazer face às dificuldades decorrentes de um processo de investigação sociológica.

O trabalho inicia, como já ouvimos na explanação do tutor, com a apresentação sumária tanto da problemática da pobreza da mulher, assim como dos respectivos resultados da sua investigação (pag. IV). Segue-se uma introdução de 15 pág. Num trabalho de 30 páginas no total, o que significa que esta primeira parte representa ca. De 40% do trabalho. Nesta parte há falta de clareza se, muitas vezes, trata-se da apresentação do trabalho ou mesmo do desenvolvimento do mesmo. No meu entender a candidata procura apresentar o problema, os objectivos, as hipóteses, limitação do seu tema e aspectos metodológicos e teóricos do trabalho.

No fundo o trabalho pretende debruçar-se sobre o impacto da relação de género na situação da pobreza da Mulher. A autora alude que ... que a mulher é pobre pela relação que estabelece como o marido. A mulher como categoria biológica, como ela diz, o marido é uma categoria jurídica, que expressa uma relação marital entre o homem e a mulher. Então isto precisa de ficar claro, se a questão fundamental é a relação com o marido ou com o Homem no geral? (pag. 5).

Parte teórica

Neste parte a autora refere-se à sociedade matriarcal (pag. 6) e só mais tarde na página 7 é que este conceito é definido como a dominância do masculino. Isto é muito pouco e não passa de uma simples redução do sentido real deste conceito. De acrescentar que o mesmo acontece com relação aos outros conceitos. No trabalho usam-se muitos conceitos e terminologias e não há mínimo esforço em esclarecer os mesmo.

Na pág. 7, são apresentados alguns aspectos metodológicos, entre outros, a autora indica que foram feitas pesquisas bibliográficas nas instituições a, b, c, etc. para dar que informação? No meu entender esta informação é superflua.

Na pág. 8 são indicadas instituições onde se tenha feito o estudo e depois alista-se as tais instituições nacionais que combatem a pobreza a actuar em Moçambique. A final de que se trata? O estudo de caso foi feito com a clientela do INAS ou não. Para quê a lista. Diz-se ainda que o estudo foi feito no INDER, mas o que se sabe é que esta instituição não existe:

O estudo refere-se as Mulheres em situação de pobreza, mas que o INAS não atende as mulheres pobres, mas sim em situação de pobreza absoluta. Pobreza absoluta é diferente da simples pobreza, que até pode ser relativa. Este erro surge do facto de a candidata não ter se preocupado em definir estes conceitos com rigor (pág. 8).

* (pag. 18)

* Boa explicação da pobreza sob ponto de vista
nutritivo. Mas o mesmo n. acontece com
relação à pobreza, pobreza absoluta e relativa.
→ Agregados de Renda Baixa, média e alta.

- Pobreza relativa (pag 19), mas países ricos sã?
→ A problematização da pobreza apresenta-se incoerente
ao longo do texto, que até na pag. 20
a Candidata cita o R.D. Mundial 2000/2001: 22
dizendo: "Como pobre é uma pessoa que tenha a
Renda muito alta, mas com baixa educação." A
autora confunde educação de escolarização. Para
além disso a Candidata no fim n. indica o
seu próprio conceito de pobreza como resultado
da sua investigação bibliográfica. até pag. 20.

1.2. Pobreza Urbana

- A pobreza urbana é medida a partir da dimensão
habitacional (pag 21) ~~Falso~~. So? falso.

- Educação; A Candidata estabelece relação entre
a pobreza e a Educação e estabelece conclusões sem
mostrar evidências empíricamente fundadas.
(pag. 22) ver o sublinhado

O Capítulo todo é menos claro no que se
pretende, as vezes fala-se da pobreza urbana, as
vezes da pobreza no geral e mais tarde na pag
22 procura-se dizer que os estudos n. tem se
referido especificamente à pobreza ~~absoluta~~
urbana.

Cap. II

Feminização da Pobreza.

- Há fatores enumerados e outros n.

- 2 -

O estudo refere-se às mulheres em situação de pobreza, mas que o INAS atende somente as mulheres em situação de pobreza absoluta. Este conceito não é identificado e muito menos referido ao longo do trabalho. (pag. 8)

Deficiências de Conceitos na pag. 9, que se fulga muito tarde depois de se ter trabalhado com estes conceitos na parte teórica.

✓ Diana Perce (ano) pag. 9. Feminização da Pobreza. Na Costa na Literatura.

✓ Feministas ≠ Feminismos (pag. 9)

✓ Na deficiência de conceitos de repente encontra-se uma nova abordagem teórica dos géneros de género, quando aqui apenas trata-se de definir o conceito. Isto mostra a falta de domínio de técnicas de elaboração de trabalhos científicos

- Francaise 1998: 23 - Citar na pag. 10, na Costa na Literatura.

Estudo Bibliográfico

- A apresentação de uma informação sobre o estudo bibliográfico num trabalho desta natureza apresenta-se superflua. pag. 13 - 14.

- IFPRI (1998) não vem nas abreviaturas e nem na Literatura (pag. 17)

~~11~~ - A linha de pobreza absoluta ... atribuído um valor monetário, que é \$ 430,00 por P/d

- OS Agregados fam. abaixo de 500 são pobres, acima não são pobres. (pag. 17) Fulco.

- Como se pode notar os Resultados dos estudos na 3ª Conclusão Contrastam com o conceito de pobreza 'a priori' definido. O que sugere que a feminização da pobreza é passiva de uma construção social, com tendência de vitimização das pessoas de género feminino.

ALGUNS DADOS DAS MULHERES ENTREVISTADAS

1-Albertina António Siteo

Data de nascimento: --/--/1963

Estado civil –Divorciada

Profissão/Ocupação:faxineira

Morada: Bairro da Malanga

2- Alcina Alberto Zunguza

Data de nascimento:06/11/1964

Estado civil:divorciada

Profissão/Ocupação: faxineira

Morada:Bairro Bairro Malanga

3-Albertina Chaúque

Data de nascimento:12/21/67

Estado civil:divorciada

Profissão/Ocupação:faxineira

Morada: Bairro Xipamanine

4-Angelina Dias Muchanga

Data de Nascimento: --/--/1949

Estado civil: divorciada

Profissão/Ocupação: faxineira

Morada: Xipamanine

5-Alice António Chavane

Data de nascimento:30/ 01/1950

Estado civil:divorciada

Profissão/Ocupação:faxineira

Morada:Bairro Xipamanine

6-Amélia Jahane

Data de nascimento:--/--/1960

Estado civil:divorciada

Profissão/Ocupação:faxineira

Morada: Bairro Malanga

7-Carlota Faztudo Simbine

Data de nascimento:19/07/1943

Estado civil:divorciada

Profissão/Ocupação: faxineira

Morada:Bairro Xipamanine

8-Cristina Manuel Macome

Data de nascimento:10/01/1960

Estado civil:divorciada

Profissão/Ocupação: faxineira

Morada:Bairro Malanga

9- Delfina Muchandzulana Matin

Data de nascimento:--/--/1954

Estado civil:casada

Profissão/Ocupação: faxineira

Morada:Bairro Malanga

10-Elisa Bila

Data de nascimento:13/04/1952

Estado civil:casada

Profissão/Ocupação: faxineira

Morada:Bairro Xipamanine

11-Etelvina Ubisse

Data de nascimento:06/06/1965

Estado civil:divorciada

Profissão/Ocupação: faxineira

Morada:Bairro Malanga

12-Felicidade Eduardo Mulungo

Data de nascimento:--/--/1948

Estado civil:casada

Profissão/Ocupação: faxineira

Morada:Bairro Xipamanine

13-Helena Tivane

Data de nascimento:23/10/1945

Estado civil:divorciada

Profissão/Ocupação: faxineira

Morada:Bairro Xipamanine

14-Joana J. Marranguene

Data de nascimento:24/12/1964

Estado civil:divorciada

Profissão/Ocupação: faxineira

Morada:Bairro da Malanga

15-Julieta Timba

Data de nascimento:12/03/1952

Estado civil:viúva

Profissão/Ocupação: faxineira

Morada:Bairro da Malanga

16-Laurinda Chelene Tembe

Data de nascimento:--/--/1966

Estado civil:viúva

Profissão/Ocupação: faxineira

Morada:Bairro Xipamanine

17-Leta Machava

Data de nascimento:15/09/1950

Estado civil:casada

Profissão/Ocupação: faxineira

Morada: Bairro Xipamanine

18-Maria Lúcia António Dima

Data de nascimento:01/09/1958

Estado civil:casada

Profissão/Ocupação: faxineira

Morada:Bairro da Malanga

19-Maria Manuel Macome

Data de nascimento:16/07/1955

Estado civil: viúva

Profissão/Ocupação: faxineira

Morada:Bairro Malanga

20-Nora Gabriel Tumbo

Data de nascimento:13/08/1968

Estado civil:Divorcida

Profissão/Ocupação: faxineira

Morada:Bairro Xipamanine